

CECULT – Centro de Pesquisa em História Social da Cultura
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp

PROJETO TEMÁTICO

Processo nº. 06/57297-1

TRABALHADORES NO BRASIL: IDENTIDADES, DIREITOS E POLÍTICA (SÉCULOS XVII A XX)

Equipe principal:

Profa. Livre Docente Silvia Hunold Lara (DH -UNICAMP) - Coordenadora

Prof. Titular Robert A. Wayne Slenes (DH -UNICAMP)

Prof. Titular Sidney Chalhoub (DH -UNICAMP)

Profa. Livre Docente Maria Clementina Pereira Cunha (DH -UNICAMP)

Prof. Dr. Cláudio Henrique de M. Batalha (DH -UNICAMP)

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva (DH -UNICAMP)

Prof. Dr. Jefferson Cano (DTL - UNICAMP)

Profa. Dra. Joseli Maria Nunes Mendonça (DH - UNIMEP)

Campinas, agosto de 2006

ÍNDICE

Resumo	4
Abstract	5
APRESENTAÇÃO.....	6
1. JUSTIFICATIVA E ESCOPO INTELECTUAL DA PROPOSTA.....	7
2. EIXOS DE INVESTIGAÇÃO E ATIVIDADES DE PESQUISA	22
2.1 PESQUISAS INDIVIDUAIS	22
a) Liberdades concedidas e conquistadas: quilombolas, escravos e libertos em Portugal e no Brasil (séculos XVII e XVIII)	22
b) Escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império.	23
c) As máscaras da liberdade: nação, escravidão e cidadania no Brasil Império.....	24
d) Cultura centro-africana, acesso à alforria e identidade escrava nas fazendas: Vale do Paraíba e Oeste Paulista, c. 1810-1888.	25
e) Realizando leis: arcabouço legal e relações de trabalho – século XIX.	27
f) Trabalhadores, política e cidadania (1880-1920)	28
g) Pedindo passagem: sambistas e trabalhadores no Rio de Janeiro, 1900-1940.	29
h) Trabalhadores, legislação e Justiça do Trabalho (anos 1930-1970).....	30
2.2. PROJETOS COLETIVOS.....	32
2.2.1. Instrumentos de Pesquisa	32
a) A legislação sobre o trabalho e os trabalhadores no Brasil.	32
b) Terrenos da História.	35
2.2.2. Reprodução de acervos documentais.....	42
a) Periódicos dos séculos XIX e XX	42
b) Fontes manuscritas e impressas em diversos arquivos e bibliotecas	44
c) Fontes da Justiça do Trabalho no Brasil (1930-1980).....	45
3. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS	49
3.1. PUBLICAÇÕES	49
3.2. REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS	50
4. OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	51
4.1. OBJETIVOS ACADÊMICOS	51
4.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	51
4.3. RESULTADOS ESPERADOS	52
5. DESCRIÇÃO DA EQUIPE PRINCIPAL E DE SUAS ATRIBUIÇÕES	53
6. CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO	59
7. FONTES E BIBLIOGRAFIA	60
ACERVOS A SEREM PESQUISADOS	60
BIBLIOGRAFIA CITADA.....	61

TRABALHADORES NO BRASIL: IDENTIDADES, DIREITOS E POLÍTICA (SÉCULOS XVII A XX)

Resumo

Este projeto pretende investigar o modo como os trabalhadores (escravos ou livres, nacionais ou imigrantes, homens ou mulheres, brancos, negros ou índios) conferiram significados políticos a diferentes aspectos de seu cotidiano, seja no local de trabalho ou nos espaços de sociabilidade e lazer, no desenrolar de conflitos com senhores, patrões ou autoridades públicas. Seu objetivo é examinar processos históricos nos quais os trabalhadores se constituíram como sujeitos políticos e como tal foram reconhecidos.

Ao adotar o procedimento de realizar pesquisas sobre objetos circunscritos, mas orientadas por questões mais gerais, o projeto visa discutir aspectos da história do trabalho no Brasil desde o século XVII até o século XX. Busca, com isso, não apenas contribuir para o aprofundamento de temáticas particulares (movimentos de reivindicação, formas de associação e participação política, manifestações culturais dos trabalhadores), mas também para ampliar campos de investigação que, mais recentemente, vêm se renovando, como a história social das práticas jurídicas e legais.

As pesquisas privilegiam dois grandes eixos de investigação. Primeiro, trata-se de perceber como se configuraram, expressaram e transformaram as diversas *identidades* dos trabalhadores em sua atuação na esfera pública. O intuito é examinar a conformação de tradições, costumes e identidades compartilhadas que serviram de base para suas ações e para a formação de grupos e associações (religiosas, recreativas, de apoio mútuo, sindicais, etc). Focalizam-se assim as múltiplas formas de atuação dos trabalhadores, tanto em situações nas quais eles se definiam prioritariamente pelas relações de trabalho, quanto em contextos nos quais extrapolavam os espaços institucionalizados e engendraram diferentes identidades sociais.

Segundo, busca-se ver como esta dimensão cultural (em diferentes situações e contextos históricos) fundamentou a *reivindicação de direitos*, e como tais demandas repercutiram na esfera pública. Neste sentido, o projeto discute os usos que os trabalhadores fizeram de espaços simbólicos e pontos de vista “consagrados”, ou de canais institucionais e mecanismos legais e jurídicos, para expressar seus pleitos, interpretar leis ou redimensionar espaços sociais em seu benefício.

Abstract

This project focuses on the way workers (enslaved or free, native-born or immigrants, men or women, whites, blacks or Indians) attributed political meanings to different aspects of their daily life, whether in the workplace or in spaces of sociability and leisure, for the resolution of conflicts with masters, employers or public authorities. The objective is to examine the process by which workers constituted themselves as political agents and were recognized as such.

The project aims at studying crucial aspects of the history of labor in Brazil from the seventeenth to the twentieth century, by carrying out research on carefully delimited questions, while oriented by more general concerns. It seeks, in this way, not just to deepen our knowledge of particular themes (revindicatory movements, forms of political association and participation, workers' cultural practices), but also to broaden fields of study that have recently attracted scholars' attention, such as the social history of juridical and legal practices.

The research proposed here is organized around two lines of inquiry. One aims at understanding how diverse worker *identities* took shape, expressed and transformed themselves through laborers' participation in the public sphere. It focuses on the making of traditions, customs and shared identities that served as a basis for workers' actions and for the formation of associative groups (religious, recreative, trade-unionist, aimed at mutual aid), with the objective of perceiving the multiple forms of workers' practice, be it when they defined themselves primarily with reference to their relations of production, or when they went beyond institutionalized spaces and constructed different social identities.

The second line of inquiry focuses on how this cultural dimension (in different situations and historical contexts) was present in the *revindication of rights*, and how demands of this nature were expressed and resonated in the public sphere. To this end, it discusses the ways in which workers used symbolic spaces and "established" points of view, or institutional channels and legal/juridical mechanisms, to express their pleas, interpret laws or restructure social spaces to their benefit

APRESENTAÇÃO

Este projeto constitui um desdobramento das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas por um grupo de docentes e pesquisadores vinculados ao Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (CECULT/IFCH-UNICAMP). Abarcando um amplo período da história do Brasil (do século XVII ao XX), a investigação focaliza o modo como os trabalhadores (escravos ou livres, nacionais ou imigrantes, homens ou mulheres, brancos, negros ou índios) deram significados políticos a diferentes aspectos de seu cotidiano, no local de trabalho ou nos espaços de sociabilidade e lazer, no desenrolar de conflitos com senhores, patrões e autoridades públicas. Dito de outro modo, queremos examinar o processo pelo qual os trabalhadores se constituíram como sujeitos políticos e como tal foram reconhecidos.

A primeira vertente desta pesquisa gira em torno da questão das *identidades*. Trata-se de perceber como se configuraram, expressaram e transformaram as diversas identidades dos trabalhadores em sua atuação na esfera pública. Examinaremos a conformação de tradições, costumes e identidades compartilhadas que serviram de base para suas ações e para a formação de grupos e associações (religiosas, recreativas, de apoio mútuo, sindicais, etc), com o objetivo de apreender as múltiplas formas de atuação dos trabalhadores, seja quando se definiam prioritariamente pelas relações de trabalho, seja quando extrapolavam os espaços institucionalizados e construía diferentes identidades sociais.

A segunda vertente pretende entender como esta dimensão cultural (em diferentes situações e contextos históricos) esteve presente na *reivindicação de direitos*, e como tais demandas figuraram e repercutiram na esfera pública. Neste sentido, discutiremos os usos que os trabalhadores fizeram de espaços simbólicos e pontos de vista “consagrados”, ou de canais institucionais e mecanismos legais e jurídicos, para expressar seus pleitos, interpretar leis ou redimensionar espaços sociais em seu benefício.

O projeto adota o procedimento de realizar pesquisas sobre objetos circunscritos, mas que estejam orientadas por questões mais gerais, de modo a permitir a discussão de aspectos da história do trabalho no Brasil. Busca, com isso, não apenas contribuir para o aprofundamento de temáticas particulares (movimentos de reivindicação, formas de

associação e participação política, manifestações culturais dos trabalhadores), mas também para ampliar campos de investigação que, mais recentemente, vêm se renovando, como a história social das práticas jurídicas e legais.

1. JUSTIFICATIVA E ESCOPO INTELECTUAL DA PROPOSTA

Nas últimas duas décadas, a produção acadêmica sobre a história do trabalho e dos trabalhadores no Brasil passou por grandes transformações, multiplicando seus temas e adensando suas abordagens. Este processo não apenas acompanhou o desenvolvimento dos programas de pós-graduação no país, mas decorreu também de desdobramentos historiográficos mais amplos, como a renovação do campo marxista que, sob inspiração da produção inglesa, em especial da obra de E. P. Thompson, colocou a história dos trabalhadores em primeiro plano. A história social redimensionou-se, passando a privilegiar as ações de sujeitos históricos específicos e a valorizar a análise dos conflitos e embates entre os diversos grupos sociais, mas também os consensos e dissensos internos às classes, as tradições e outros aspectos que conformaram, ao longo do tempo, a cultura dos trabalhadores. Com isso, tópicos tradicionais da história do Brasil, como a imigração, a experiência operária e a escravidão, ganharam novos contornos e novas formas de abordagem.

Nos estudos sobre a escravidão, os historiadores foram pouco a pouco abandonando as amarras estruturais na abordagem do tema para incluir nele a experiência escrava. As pesquisas voltaram-se para as práticas cotidianas, os costumes, os enfrentamentos, as resistências, as acomodações e as solidariedades, modos de ver, viver, pensar e agir dos escravos. Procurava-se, cada vez mais, verificar os elementos capazes de, ao mesmo tempo, uni-los horizontalmente e separá-los verticalmente dos senhores. Ao incorporar as visões escravas da escravidão, os trabalhos então produzidos colocaram em discussão os significados das lutas escravas e das muitas esferas da vida dos cativos que floresceram sob o escravismo. A experiência de homens e mulheres escravizados, a relação que mantiveram com seus companheiros de cativeiro, seus senhores, com ex-escravos e pessoas livres

pobres, o modo como teceram laços familiares e alianças econômicas, culturais e sociais se tornaram temas cada vez mais importantes nesta área de estudos.¹

Além de contemplar aspectos diretamente ligados às relações entre senhores e escravos, os estudos procuraram também investigar como tradições e saberes dos cativos estiveram na base de estratégias de sobrevivência e projetos de liberdade durante a escravidão e depois dela.² Assim, se nos anos 60 as teses sobre a anomia social produzida pelo cativo impediam o aprofundamento dos estudos sobre a família escrava, hoje em dia este é um campo que possui uma densa literatura e vários estudos importantes, apoiados em extensa pesquisa documental.³ As roças e outras atividades econômicas informais que sustentavam um certo grau de autonomia ou permitiam a acumulação do pecúlio ganharam importância nas análises, que se desenvolveram paralelamente ou associadas aos estudos sobre diferentes aspectos da experiência escrava.⁴ Além das lutas cotidianas, as análises passaram a contemplar os grandes quilombos e as insurreições, renovando a compreensão da resistência escrava.⁵ Afastando-se de abordagens estereotipadas, os pesquisadores passaram a examinar também as múltiplas formas de negociação que mediavam o cativo e a conquista da liberdade, tanto por meio do estudo das alforrias, às vezes obtidas com o

¹ Ver, entre outros, Silvia Hunold Lara, "Blowin' in The Wind": Thompson e a Experiência Negra no Brasil", *Projeto História*, 12 (out.1995): 43-56; Robert W. Slenes, *Na Senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, cap. 1, "Histórias da família escrava", pp. 27-68.

² Ver, entre outros, Silvia Hunold Lara, *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; e Robert W. Slenes, *Na Senzala, uma Flor*.

³ Como exemplo, basta mencionar aqui o debate entre as teses defendidas por Manolo Garcia Florentino e José Roberto Góes, *A Paz das Senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro, c. 1790 - c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997 e por Robert W. Slenes, *Na Senzala, uma Flor*.

⁴ Vide, entre outros, Leila Mezan Algranti, *O Feitor Ausente. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988; Luiz Carlos Soares, "Os Escravos de Ganho no Rio de Janeiro do século XIX" *Revista Brasileira de História*, 8 nº16 (1988): 107-142; Carlos Eugênio Libano Soares, *Zungú: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado, 1998; Maria Cristina Cortez Wissenbach, *Sonhos africanos, vivências ladinas. Escravos e forros em S. Paulo, 1850-1880*. S. Paulo: Hucitec/História Social - USP, 1998.

⁵ Vide especialmente João José Reis, *Rebelião Escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês*. São Paulo: Brasiliense, 1983; Célia Maria Marinho de Azevedo, *Onda Negra, Medo Branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; Maria Helena Pereira Toledo Machado, *O Plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ/EDUSP, 1994; João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *Liberdade por um Fio. História dos quilombos no Brasil*. S. Paulo: Companhia das Letras, 1996; e Marcus J. M. de Carvalho, *Liberdade. Rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.

recurso a tribunais e outros canais institucionais, quanto de movimentos sociais mais amplos, associados ou não à crescente politização abolicionista do final do XIX.⁶

Do mesmo modo, os estudos sobre os significados da liberdade tornaram-se mais complexos, distanciando-se do paradigma da transição do trabalho escravo para o livre, imediatamente identificado com o trabalho assalariado. Enquanto vários estudos regionais questionavam o “modelo paulista” mostrando a incorporação do chamado “elemento nacional” em várias partes do país,⁷ a experiência da liberdade para os cativos tornou-se um objeto importante de investigação tanto quanto os significados da perspectiva de fim da escravidão para os senhores - questões cada vez mais associadas às lutas em torno das condições de acesso à terra ou à manutenção da política de domínio senhorial no período pós-emancipação.⁸ As relações entre escravidão e liberdade começaram a ser investigadas com mais cuidado e pesquisas recentes têm demonstrado que, rastreando fontes diversas, é possível acompanhar a trajetória de libertos e ex-escravos, verificando o quanto os laços de solidariedade (entre companheiros de um mesmo plantel, familiares ou de linhagem, entre outros) bem como práticas econômicas e sociais, construídas no período do cativo, foram revividas e preservadas na liberdade.⁹

6 Cf. Maria Odila Leite da Silva Dias, *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984; Sílvia Hunold Lara, *Campos da Violência*; João J. Reis e Eduardo Silva, *Negociação e Conflito. A Resistência Negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; Keila Grinberg, *Liberata: a lei da ambigüidade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; Joseli Maria Nunes Mendonça, *Entre a Mão e os Anéis. A Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, CECULT, 1999. Eduardo Spiller Pena, *O Jogo da Face. A astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. Elciene Azevedo, *Orfeu de Carapinha. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da UNICAMP, CECULT, 1999 e *O direito dos escravos. Lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo na segunda metade do século XIX*. Doutorado, Campinas, UNICAMP, 2003; Beatriz Gallotti Mamigonian, *To be a liberated African in Brazil. Labour and citizenship in the nineteenth century*. Doutorado, University of Waterloo, Canada, 2002; Sidney Chalhoub, “Escravidão e cidadania: a experiência histórica de 1871” *Machado de Assis historiador*. S. Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 131-291.

7 Vide, por exemplo, Peter Eisenberg, *Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; Ana Lúcia Duarte Lanna, *A transformação do trabalho*. Campinas: Ed. da UNICAMP/CNPq, 1988; Vilma Paraíso Ferreira de Almada, *Escravidão e transição. O Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984; Diana Soares de Galliza, *O declínio da escravidão na Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária, 1979; Paulo Roberto Staudt Moreira, *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre –1858-1888*, Porto Alegre: EST Edições, 2003.

8 Cf. Sidney Chalhoub, *Visões da Liberdade*; e Hebe Maria Mattos de Castro, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravistas - Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

9 Vide Maria Inês Cortes de Oliveira, *O liberto: o seu mundo e os outros*. Salvador, 1790-1890. São Paulo: Corrupio, 1988; Regina Célia Lima Xavier, *A Conquista da Liberdade: libertos em Campinas na segunda*

Por esses caminhos a história da escravidão foi ganhando também uma perspectiva atlântica, problematizando as relações entre África e Brasil. Tal visada, presente também em obras clássicas da história africana,¹⁰ tende a se desenvolver em várias direções, abarcando outras relações comerciais e sociais entre Brasil e África, que apenas marginalmente vinham ocupando os pesquisadores.¹¹ Além das implicações evidentes para a história do tráfico,¹² estas abordagens têm propiciado a retomada do interesse por questões identitárias e étnicas, agora redimensionadas pelo novo contexto historiográfico sobre a experiência dos cativos e afro-descendentes no Novo Mundo.¹³ As questões levantadas por pesquisas recentes sobre o papel desempenhado pelas diferenças étnicas no interior da comunidade escrava e no modo como os cativos, em diferentes situações históricas, viveram a escravidão encaminham uma abordagem mais complexa do tema, com interrogações que escapam ao âmbito de uma história pensada a partir de uma ótica exclusivamente “nacional”.¹⁴

Os estudos sobre os operários ou trabalhadores livres urbanos, por outro lado, ultrapassaram os limites das análises que identificavam o tema às condições do trabalho

metade do século XIX. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996; Maria Cristina Cortez Wissenbach, *Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas*; Walter Fraga Filho, *Encruzilhadas da liberdade. histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, no prelo.

10 Como no caso de John Thornton, *Africa and Africans in the making of the Atlantic world, 1400-1680*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1992.

11 O estudo pioneiro, nesta direção, é o de Manuela Carneiro da Cunha, *Negros, estrangeiros. Os escravos libertos e sua volta à África*, São Paulo: Brasiliense, 1985.

12 Vide, por exemplo, Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. (S. Paulo: Cia. das Letras, 2000), que argumenta que a colonização portuguesa, fundada no escravismo, só pode ser compreendida a partir de uma perspectiva atlântica, na qual a história do Brasil e da África estão indissociavelmente ligadas. Por caminhos um pouco diferentes, esta perspectiva está presente também em Manolo Garcia Florentino, *Em Costas Negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; e Jaime Rodrigues. *De costa a costa. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

13 Vide João José Reis, "A greve negra de 1857 na Bahia". *Revista USP*, 18 (1993): 6-29; Maria Inês Cortes de Oliveira, "Viver e morrer no meio dos seus. Nações e comunidades de africanos no século XIX". *Revista da USP*, 28 (1995/1996): 174-193 e "Quem eram os 'negros da guiné'? A origem dos africanos na Bahia". *Afro-Ásia*, 19/20 (1997): 37-73; Mariza de Carvalho Soares, "Mina, Angola e Guiné: nomes d'África no Rio de Janeiro setecentista". *Tempo*, 6 (1998): 73-93 e *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; Marina de Mello e Souza, *Reis negros no Brasil escravista. História da festa de coroação do rei congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

14 Exemplos significativos de inovações interpretativas a partir da incorporação de uma perspectiva africana na análise da experiência de cativos e ex-escravos podem ser colhidos nos trabalhos de Sidney Chalhoub, *Cidade Febre*. S. Paulo: Companhia das Letras, 1996, capítulo 3, e de Robert W. Slenes, *Na Senzala, uma Flor*.

fábrica e ao desenvolvimento de sindicatos e partidos. Deixando de lado as balizas cronológicas que tradicionalmente circunscreviam a experiência operária às décadas posteriores à revolução de 1930, voltaram-se também para as primeiras décadas do século XX.¹⁵ Tal inflexão contribuiu para revigorar a própria historiografia sobre esse período, que passou a lidar com novos problemas e interpretações alternativas, ampliando as possibilidades de investigação.¹⁶ Num primeiro momento, os estudos focalizaram os movimentos sobretudo em suas vertentes anarquistas e sindicalistas revolucionárias. Entre os vários temas, destacam-se a cultura política dos anarquistas,¹⁷ a história transnacional de circulação de idéias, práticas e trabalhadores que marcou os fluxos migratórios,¹⁸ a militância libertária em greves e sindicatos¹⁹ e a imprensa operária.²⁰ Mas foram também consideradas outras correntes político-ideológicas, práticas de negociação com os poderes públicos e lutas pela introdução de leis sociais e trabalhistas.²¹

¹⁵ Para um balanço da produção e dos debates sobre o tema nos anos 1970 vide Paulo Sérgio Pinheiro, "Trabalho Industrial no Brasil: Uma Revisão". *Estudos CEBRAP*, 14 (1975): 119-131; e Luiz Werneck Vianna, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: resenha de algumas tendências". *Bib Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 3 (1978): 9-24. Para balanços dos anos 1980, ver Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro, "Alargando a história da classe operária", *Remate de Males*, 5 (1985): 96-120; Maria Célia Paoli; Eder Sader; Vera da Silva Telles, "Pensando a classe operária: Os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico", *Revista Brasileira de História*, 6 (1983): 129-149; Uma avaliação mais recente foi feita por Cláudio Batalha, "A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências" in: Marcos César de Freitas (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, pp. 145-158.

¹⁶ Vide, entre outros, Marilena Chauí, "Apontamentos para uma Crítica da Ação Integralista Brasileira" in: *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1978, pp. 17-149; e Edgar De Decca, *1930: O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

¹⁷ Ver o trabalho pioneiro de Francisco Foot Hardman, *Nem pátria, nem patrão. Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983 e a coletânea organizada por Antonio Arnoni Prado, *Libertários no Brasil: memórias, lutas, cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁸ Edilene Toledo, *Travessias revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004; Carlo Romani, *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

¹⁹ Sheldon L. Maram, *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; Cristina H. Campos, *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988; Yara Aun Khouri, *As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*. São Paulo: Cortez Ed./ Ed. Associados, 1981; Cristina Lopreato, *O espírito da revolta: a greve anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.

²⁰ Luigi Biondi, "Anarquistas italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista 'La Battaglia' e a sua visão da sociedade brasileira: o embate entre imaginários libertários e etnocêntricos", *Cadernos AEL*, n. 8/9 (1998): 117-147; Edilene Toledo, *O Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. Mestrado, Campinas, Unicamp, 1993.

²¹ Para uma breve história do movimento operário no período, que inclui uma apresentação de suas diferentes correntes ideológicas e estratégias de luta, Cláudio Batalha, *O movimento operário na Primeira República*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. Sobre a complexidade do problema da legislação social e trabalhista na Primeira República e no primeiro governo Vargas, ver: Ângela Maria de Castro Gomes,

Começaram a surgir vários estudos monográficos que se afastavam da tradição sociológica das “grandes interpretações”. Agrupamentos profissionais (têxteis, gráficos, portuários, etc.) e suas formas de organização, trabalho fabril, movimentos específicos e dinâmicas próprias,²² o cotidiano operário fora das fábricas, abrangendo aspectos como cultura, educação e habitação,²³ os imigrantes e suas formas de sociabilidade,²⁴ a repressão ao movimento operário,²⁵ práticas culturais dos trabalhadores, tais como rituais, celebrações, festas e lazer,²⁶ tornaram-se temas de dissertações de mestrado e teses de doutorado e de numerosos livros publicados sobretudo a partir dos anos 80, alguns dos quais têm ido além do eixo São Paulo - Rio de Janeiro.²⁷ A classe operária deixava, portanto, de ser um sujeito político subordinado, sem uma dinâmica própria que emergisse de suas práticas, para assumir condição atuante, com projetos e formas de ação próprios. Os

Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937), Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979; *A invenção do trabalhismo*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, 2ª. edição; Fernando Teixeira da Silva, *Operários sem patrões. Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

²² Maria Lúcia Cairá Gitahy, *Ventos do mar. Trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo: Editora da UNESP, Prefeitura Municipal de Santos, 1993; Maria Cecília Velasco e Cruz, *Virando o jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. Doutorado, São Paulo, USP, 1998; Maria Alice Rosa Ribeiro, *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*. São Paulo-Campinas: Editora da Unicamp/Hucitec, 1988.

²³ Vide, entre muitos outros, Maria Auxiliadora G. De Decca, *A vida fora das fábricas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001 (1ª. edição: 1986).

²⁴ Michael Hall, “O movimento operário na cidade de São Paulo, 1890-1954” in: Paula Porta (org.), *História da cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX, 1890-1954*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, v. 3 e “Immigration and the Early São Paulo Working Class”. *Jahrbuch für Geschichte von Staat Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, 15, 1975; Luigi Biondi, *Entre associações étnicas e de classe. Os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)*. Campinas, Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

²⁵ Alexandre Samis. *Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário, 2002; Cláudia Baeta Leal, *Pensiero e Dinamite: Anarquismo e Repressão em São Paulo nos anos 1890*. Doutorado, Campinas, Unicamp, 2006.

²⁶ Cláudio Batalha, “La fête internationale du premier mai au Brésil (1891-1930): symboles et rituels” in Madeleine Rebwerioux (org.). *Fourmies et les Premiers Mai*. Paris: Les Editions de l’Atelier, Editions Ouvrières, 1994, pp. 423-30; José Sérgio Leite Lopes, “Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro” in Cláudio Batalha et al (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

²⁷ Ver, por exemplo, Eliana de Freitas Dutra, *Caminhos operários nas Minas Gerais*. São Paulo: Hucitec, 1988; Beatriz Ana Loner, *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001; Aldrin A. S. Castelucci, *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: Fieb, 2004. Sobre a questão dos “estudos regionais” e a necessidade de sua ampliação, ver Sílvia Regina Ferraz Petersen. “Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira” in: Angela M. C. Araújo (org.), *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997, pp. 85-103.

trabalhadores passaram, assim, a fazer parte de um período da história do Brasil que até então parecia ser território quase exclusivo da história política.

Como desdobramento dessas questões, o conceito monolítico de classe foi sendo também questionado, para incorporar diferenças e rivalidades raciais, nacionais e de gênero, entre outras que também faziam parte das vivências cotidianas e dos modos de inserção nas relações de trabalho.²⁸ A ampliação dos temas ligados à história do trabalho levou também a interrogações sobre as experiências de grupos socialmente marginalizados, extrapolando o foco exclusivo na constituição da classe e suas formas de luta. As pesquisas passaram a se preocupar, por exemplo, com o modo como diversos grupos sociais se articulavam e respondiam aos discursos e às ações das autoridades públicas que tentavam impor normas de conduta e disciplinar formas de organização social e cultural das chamadas “classes perigosas”.²⁹ Também avançaram para focalizar os trabalhadores em situações de disputa e tensão em associações festivas ou de lazer, como os clubes dançantes, de futebol ou carnavalescos, em busca de aspectos importantes da experiência dos trabalhadores que ainda eram pouco visíveis a partir dos recortes tradicionais (do sindicato, do partido, da vizinhança ou da fábrica).³⁰

Rapidamente este movimento de renovação foi se fazendo presente também em relação a outros temas e períodos clássicos da história operária, destacando-se os estudos sobre a relação entre trabalhadores e populismo. Várias pesquisas criticaram a interpretação tradicional de que as leis trabalhistas e o corporativismo sindical no pós-1930 foram instituições pensadas para impor uma dominação de classe de forma absoluta. As mediações institucionais, a lei, a justiça, as encenações e a retórica públicas eram um

²⁸ Sobre mulheres, trabalhadores e questões de gênero, ver, por exemplo, Elisabeth Souza-Lobo, *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*, São Paulo: Brasiliense, 1992; Rachel Soihet. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; Sueann Caulfield. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2000.

²⁹ A bibliografia aqui é vasta e variada; ver, por exemplo, Maria Clementina Pereira Cunha, *O espelho do mundo. Juqueri, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986; Sidney Chalhoub, *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; Gabriela dos Reis Sampaio, *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

³⁰ Leonardo A. de Miranda Pereira, *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000; Maria Clementina Pereira Cunha, *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. S. Paulo: Companhia das Letras, 2001.

campo de força comum que traçava os limites do que poderia ser politicamente possível não apenas para os trabalhadores, mas também para autoridades públicas e patrões.³¹

Desde meados dos anos 1980, uma importante vertente interpretativa³² tem revelado o papel ativo dos trabalhadores na conformação das leis trabalhistas e da estrutura sindical.³³ Diversas evidências mostram que a legislação, logo em seus primeiros anos de implantação, favoreceu a mobilização e a organização de parcela significativa do movimento operário, sobretudo entre trabalhadores das grandes indústrias que sempre se defrontavam com a forte resistência patronal em reconhecer seus direitos e suas organizações como interlocutores válidos.³⁴ As pesquisas sobre a Justiça do Trabalho, por exemplo, mostram que esta instituição não poderia funcionar sempre a serviço dos empresários ou apenas para reforçar ideais de consenso. Ela representava uma possibilidade de viabilizar, no campo simbólico da representação do poder, a imagem protetora do Estado, e para isso não podia ser rotineiramente arbitrária, negligenciar provas testemunhais convincentes favoráveis aos trabalhadores, desrespeitar as formas legais instituídas.³⁵ Em suma, a historiografia mais recente tem enfatizado as apropriações que os

³¹ Para um balanço dessa produção, ver Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa, “Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes”, em Jorge Ferreira (org.), *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 205-271.

³² A título de exemplo, ver José Ricardo Ramalho, *Estado patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; Paulo Fontes, *Trabalhadores e cidadãos - Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Anna Blume e Sindicato dos Trabalhadores Químicos e Plásticos de São Paulo, 1997; Adriano Luiz Duarte, *Cultura popular e cultura política no pós-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973*. Doutorado, Campinas: UNICAMP, 2002; Fernando Teixeira da Silva, *A carga e a culpa. Os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968*. São Paulo: HUCITEC/Prefeitura Municipal de Santos, 1995; José Sérgio Leite Lopes, *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988; Antonio Luigi Negro, *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2004; Alexandre Fortes, *Nós do quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Caxias do Sul: Educus; Rio de Janeiro: Garamond, 2004; Alexandre Fortes et al (orgs.) *Na luta por direitos. Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999; Marcelo Badaró Mattos, *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1999; Hélio da Costa, *Em busca da memória. Organização no local de trabalho, partido e sindicato em São Paulo*. São Paulo: Scritta, 1995.

³³ Ver, em especial, Angela Araújo, *A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30*. São Paulo: Edições Sociais, 1998.

³⁴ Ver Angela Araújo, *A construção do consentimento*. Ver também Michael Hall, “Corporativismo e fascismo nas origens das leis trabalhistas brasileiras” in: Ângela Araújo (org.), *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002, pp. 13-28; John French, *Afogados em leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001.

³⁵ Jairo Queiroz Pacheco, *Guerra na fábrica: o cotidiano operário fabril durante a Segunda Guerra. O caso de Juiz de Fora-MG*, Mestrado, USP, 1996, pp. 121-148; Regina Lúcia M. Morel e Wilma Mangabeira,

trabalhadores fizeram do campo legal e jurídico que então se abria. O ordenamento jurídico do mundo do trabalho nem sempre foi mera amarra da ação operária, mas um elemento constitutivo de sua cultura e experiência que, em certos momentos, ameaçava romper a lógica de reciprocidade entre governo e trabalhadores.

Como resultado, a participação política, a necessidade de negociação com os patrões e com o Estado, a formulação de políticas que envolviam amplas parcelas da população e a interlocução com um vasto conjunto de instituições passaram a ser incluídos na análise. Assim, o estudo do movimento sindical tornou-se um exercício de interpretação bem mais complexo do que supunham as análises clássicas de caráter sociológico.

Mais recentemente, o impacto de tais transformações historiográficas tem ajudado a colocar em contato esses dois campos historiográficos, aproximando a experiência dos trabalhadores escravos e libertos (antes estudados apenas no âmbito da historiografia sobre a escravidão) da experiência dos trabalhadores livres (antes concebida apenas como abrangendo os operários fabris, num universo composto basicamente por homens brancos e predominantemente imigrantes).³⁶ Aos estudos iniciais sobre as tensões entre imigrantes e descendentes de escravos nas áreas rurais,³⁷ foram se somando, aos poucos, pesquisas sobre o cruzamento entre tradições de trabalho e organização dos trabalhadores que, empreendidas por várias categorias, foram forjadas sob a escravidão.³⁸ Ultrapassar a tradicional dicotomia que tendeu a separar escravos e operários, para pensar ambos como parte de uma longa história de formação da classe trabalhadora no país tem sido um desafio que se coloca cada vez mais na ordem do dia para diversos pesquisadores.

“‘Velho’ e ‘novo’ Sindicalismo e uso da Justiça do Trabalho: um estudo comparativo com trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional”, *Dados* 37, n. 1 (1994): 103-124; Samuel Fernando Souza, “Na esteira do conflito. Trabalhadores e trabalho na produção de calçados em Franca (1970-1980)”. Mestrado, Franca, Unesp, 2003; Rinaldo J. Varussa, *Trabalho e Legislação*, Doutorado, S. Paulo, PUC-SP, 2002.

³⁶ Sílvia Lara, “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. *Projeto História*, no. 16 (1998): 25-38. Ver também Antonio Luigi Negro, “Imperfeita ou Refeita? O Debate sobre o Fazer-se da Classe Trabalhadora Inglesa” *Revista Brasileira de História*, 16, n. 31/32 (1996): 40-61.

³⁷ Cf. Verena Stolcke e Michael Hall, “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo”. *Revista Brasileira de História*, 6 (1983): 80-120; George Reid Andrews, *Blacks and Whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*. Madison: University of Wisconsin Press, 1991.

³⁸ Para uma análise dos estivadores, vide Maria Cecília Velasco e Cruz, “Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930”. *Afro-Ásia*, 24 (2000): 243-290; e Maria L. Gitahy, *Ventos do mar*; sobre os trabalhadores da cidade de Pelotas, ver Beatriz Ana Loner, *Construção de classe*; para uma atuação dos gráficos, ver Artur J. R. Vitorino, *Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

O Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (CECULT), criado em 1995 e formado por professores do Departamento de História da Unicamp, resulta deste processo de renovação historiográfica e dele faz parte. Reunindo pesquisadores que trabalhavam com temas relacionados à história da escravidão, da abolição e do movimento operário desde os anos 1970-1980, o Centro investiu em projetos coletivos que, ao potencializar as pesquisas individuais, permitiam enfrentar alguns desafios teóricos e conceituais. As indicações presentes nas notas de rodapé no breve balanço que acabamos de fazer já indicam a intensa participação de vários de seus pesquisadores nesses debates.

Exemplo de esforço coletivo que levou ao aprofundamento de questões conceituais e historiográficas foi o Projeto Pronex/Cnpq “Cultura e diversidade no Brasil: para além da história da identidade nacional (séc. XIX e XX)”, que vigorou entre novembro de 1998 e novembro de 2005. Na ocasião em que o projeto foi formulado, a história social já havia incorporado a presença de novos sujeitos e questões em sua agenda. A história dos trabalhadores urbanos já não se restringia à história dos sindicatos e partidos, os escravos haviam ganho renovado estatuto nas análises sociais, personagens como as mulheres e os movimentos sociais não imediatamente classistas tornavam-se objeto de estudos significativos. Neste contexto, a cultura (chamada às vezes de popular, às vezes de classe ou outras variações) adquiriu uma destacada importância e visibilidade, como um campo no interior do qual podia se explicitar o que era comum e o que era diferente entre sujeitos que antes não tinham espaço nas explicações históricas.

Ao tomar justamente este campo como problema e questionar o conceito de “cultura popular”, tal como vinha sendo utilizado na historiografia brasileira, o projeto “Cultura e diversidade...” procurou inverter o sentido de uma história presidida pela idéia da unidade cultural da Nação. Para isso, focalizou as experiências e práticas dos agentes da chamada “cultura popular” (festas, tradições, visões de mundo, etc.) e daqueles que sobre ela haviam se debruçado na formulação da identidade nacional (literatos, memorialistas, folcloristas, etc.). No intuito de inverter a perspectiva de uma história concebida como simples biografia da Nação, as pesquisas procuravam revisitar “o popular” ou “o nacional” a partir de questões oriundas da história social. A crítica conceitual e os resultados alcançados firmaram um campo analítico centrado na história social da cultura: recusando os modismos da história cultural, enfrentou-se o desafio de realizar uma análise centrada nos

sujeitos históricos, em que o adjetivo social presidisse as indagações sobre os objetos tradicionalmente estudados nesta área de trabalho. Assim, buscamos compreender os valores, as idéias, os comportamentos cotidianos, as manifestações festivas, os hábitos e costumes dos trabalhadores não em si mesmos, mas como modos de construir solidariedades, de expressar conflitos, estabelecer diálogos ou enfrentar contradições em diferentes situações históricas: caminhos diversos por meio dos quais as pessoas sentiam-se parte de um mesmo grupo, identificavam-se mutuamente e constituíam tradições que alimentavam suas práticas sociais.

Dando continuidade a esta perspectiva, um segundo projeto coletivo enfatizou a diversidade das experiências dos trabalhadores urbanos. Intitulado “Santana e Bexiga: cotidiano e cultura de trabalhadores urbanos em São Paulo e Rio de Janeiro, entre 1870 e 1930”, o projeto contou com o financiamento da Fapesp e desenvolveu-se entre 2002 e junho de 2006. Para avançar nas discussões suscitadas pelo projeto anterior, a pesquisa adotou recortes cronológicos e espaciais mais específicos, examinando em profundidade duas regiões urbanas (Santana, no Rio de Janeiro, e Bexiga, em São Paulo), para investigar espaços de vivência e moradia a partir de fontes produzidas pela polícia a respeito desses locais e seus habitantes. As investigações concentraram-se nos processos de construção de identidades e solidariedades, nas formas de sociabilidade, diálogo e conflito entre trabalhadores de diferentes origens (étnicas, nacionais ou regionais), ofícios ou atividades profissionais, gêneros, religiões e outras diferenciações internas à classe. Deixando de lado conceitos e imagens que reduziavam a experiência histórica dos trabalhadores brasileiros a figuras homogêneas como “o” operário, “o” escravo, “o” trabalhador nacional e “o” imigrante, as pesquisas realizadas conseguiram captar e discutir perfis e características específicas do cotidiano de homens e mulheres em áreas densamente ocupadas das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, incluindo estudos sobre grupos específicos – sambistas “baianos” ou prostitutas – ou categorias profissionais e suas diferenças internas (como no caso dos portuários cariocas da Saúde ou dos cocheiros de São Paulo); sobre a centralidade das mulheres na estruturação das famílias ou sua sobrevivência e seu impacto nas relações de gênero, assim como sobre os espaços do lazer dos operários fabris. Além desse elenco temático mais pertinente ao século XX, as análises incluíram ainda aspectos dos significados da reescravização e da precariedade da liberdade dos negros no contexto

urbano, a geografia simbólica do protesto dos trabalhadores organizados, as implicações da vida em habitações coletivas e outros assuntos, todos relacionados ao objetivo geral de compreender as experiências dos trabalhadores.

Concluído este projeto, trata-se agora de propor uma pesquisa que permita avançar na discussão das questões que têm orientado o trabalho deste grupo de pesquisadores e, ao mesmo tempo, investir em outros temas e problemas surgidos desta longa trajetória de pesquisas individuais e coletivas.

Ao focalizar os significados políticos da atuação dos trabalhadores (escravos ou livres, nacionais ou imigrantes, homens ou mulheres, brancos, negros ou índios) ao longo de amplo período da história do Brasil (do século XVII ao XX), este projeto pretende contribuir para o desenvolvimento de uma temática ainda pouco estudada na história do trabalho no Brasil. Certamente as experiências dos trabalhadores encontram-se hoje bem mais conhecidas do que há 20 anos. Há uma produção historiográfica significativa sobre seus costumes e tradições, sobre os consensos e dissensos internos à classe, mas as relações entre os trabalhadores e outros setores da sociedade, em particular o impacto de sua atuação na esfera pública, ainda não se encontram suficientemente exploradas. Assim, o Projeto Temático que ora apresentamos pretende investigar o modo como, ao longo do tempo, os trabalhadores ocuparam espaços políticos, deram visibilidade a suas demandas e reivindicaram legitimidade e reconhecimento para sua presença pública.

O leque de possibilidades, aqui, é amplo, incluindo desde aspectos relacionados mais diretamente à política (formas de associação, reivindicações de direitos, etc.) até formas de expressão de identidades e busca de canais de participação que utilizavam outros meios, como a música ou atividades festivas. Como vimos, uma já longa tradição de estudos consolidou o perfil do CECULT na área de estudos nomeada como “história social da cultura”. Vários livros e artigos foram publicados por membros do grupo vinculado ao Centro de Pesquisa em torno de temáticas mais freqüentemente estudadas por antropólogos como as festas ou especificamente o carnaval e seus significados, as associações e práticas ligadas a esportes de massa como o futebol, as dimensões de festas cívicas ou de espaços como o teatro ligeiro ou o circo, as tensões envolvidas no aparentemente alegre comércio sexual das prostitutas e a vida nos “bairros boêmios”, a produção de identidades e a

expressão de conflitos na música popular e outros temas análogos.³⁹ Estudos sobre a presença de tradições centro-africanas entre os escravos do Sudeste em movimentos de contestação do poder senhorial ou nas formas de organização familiar e em práticas e manifestações culturais posteriores, como os jongos, também vêm sendo desenvolvidos por vários membros do grupo.⁴⁰

Em todas estas análises ressalta o esforço de privilegiar manifestações associadas às horas de folga para capturar as tensões sociais, a negociação de espaços de legitimidade para diferentes manifestações culturais desenvolvidas na esfera pública, a expressão de demandas que dificilmente se realizam no espaço restrito das revoltas, do movimento sindical ou na arena imediatamente política. Assim, tal conjunto de trabalhos trata basicamente do processo de diferenciação interna da classe trabalhadora e da relação com agentes históricos para os quais sua presença foi, de diferentes maneiras, um problema, antes e depois da abolição. Identidades de classe, raciais, étnicas, de gênero, ou outras produzidas a partir de critérios como procedências regionais ou afinidades de vizinhança,

³⁹ Cf. Maria Clementina Pereira Cunha, *Ecos da folia; M. Clementina Pereira Cunha (org.), Carnavais e outras frestas. Ensaios de história social da cultura*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002; Leonardo Affonso de Miranda Pereira, *Footballmania*; Cristiana Schettini, “*Que tenhas seu corpo*”. *Uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006; Wlamyra Albuquerque, *Algazarra nas ruas. Comemorações da Independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; Fernando Mencarelli, *A cena aberta. A absolvição de um Bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999; Alexandre Lazzari, *Coisas para o povo não fazer. Carnaval em Porto Alegre (1870-1915)*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001; Tiago de Melo Gomes, *Um espelho no palco. Identidades sociais e massificação da cultura no teatro de revista dos anos 1920*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004; Silvia Cristina Martins de Souza, *As noites do Ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002; entre outros títulos.

⁴⁰ Cf. os trabalhos de Robert W. Slenes: “*‘Malungu, Ngoma vem!’: África coberta e descoberta no Brasil*”, *Revista USP*, n. 12 (dez./jan./fev., 1991-92), 48-67; “*The Great Porpoise-Skull Strike: Central-African Water Spirits and Slave Identity in Early Nineteenth-Century Rio de Janeiro*”, in: *Central Africans in the Atlantic Diaspora*, org. Linda Heywood, Nova Iorque: Cambridge University Press, 2002, pp. 183-208; “*A Árvore de Nsanda transplantada: cultos kongo de aflição e identidade escrava no Sudeste Brasileiro (século XIX)*”, in: *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*, orgs. Douglas Cole Libby e Junia Furtado, São Paulo: Ed. Anna Blume, 2006, pp. 273-314; “*Saint Anthony at the Crossroads in Kongo and Brazil: ‘Creolization’ and Identity Politics in the Black South Atlantic, ca. 1700/1850*”. In: *Africa, Brazil and the Construction of Trans-Atlantic Black Identities*, eds. Boubacar Barry, Élisée Soumonni e Lívio Sansone, Lawrenceville, New Jersey: Africa World Press, no prelo. Ver também: Ricardo Figueiredo Pirola, “*A Conspiração Escrava de Campinas, 1832: Rebelião, Etnicidade e Família*”, UNICAMP, dissertação de mestrado em História, 2005; Camilla Agostini, “*Comunidade e conflito na senzala: africanos, afro-descendentes e a formação de identidades em Vassouras, 1820-1860*”, UNICAMP, dissertação de mestrado em História, 2002. Está em preparação uma coletânea de ensaios de Robert Slenes, Gustavo Pacheco, Silvia Lara Martha Abreu e Hebe Mattos sobre as gravações de jongo realizadas por Stanley Stein em 1947, organizada por Silvia Hunold Lara e Gustavo Pacheco, *Memórias do jongo As gravações históricas de Stanley Stein* (título provisório).

religiosas etc. se exprimem nessas manifestações culturais com uma clareza que, freqüentemente, ficam obscurecidas nas pautas de reivindicação de direitos ou de conquistas sindicais e políticas. O diálogo entre sujeitos diversos envolvendo tradições e o aprendizado de novas formas culturais, a permanente negociação simbólica e a ressignificação das práticas são elementos constitutivos dos processos de criar e atribuir sentido, atravessando diferentes momentos da história – desde a tradição oral dos terreiros ou as formas das associações religiosas (secretas ou autorizadas, como no caso das irmandades) até as dinâmicas complexas da massificação, atravessando o século XIX e as primeiras décadas do XX, período abrangido pelas pesquisas na área.

Entretanto, a associação entre estas manifestações e aquelas tradicionalmente estudadas pela historiografia dedicada à história dos “operários” é uma aproximação apenas esboçada até aqui. Via de regra, as análises de festas, tradições ou da produção da cultura de massas se prendem mais a suas formas de expressão do que à dinâmica de sua criação ou realização – isto é, a relação de seus autores e atores sociais com o lugar, o momento e a circunstância histórica. Tais elementos foram indicados, na produção do CECULT, em análises sobre, por exemplo, a proliferação de associações carnavalescas, clubes dançantes ou esportivos. Mas a investigação precisa avançar, configurando mais claramente o estudo dessas manifestações coletivas como expressão de conflitos ou dinâmicas sociais envolvendo os trabalhadores. Para isso, deve-se incorporar à análise uma documentação capaz de alavancar tal abordagem, buscando carnavalescos, festeiros, membros de sociedades recreativas, sambistas, jongueiros, etc. (todos também, evidentemente, “trabalhadores”), nas delegacias de polícia ou nos tribunais, nas coxias dos teatros, nas senzalas ou nas habitações coletivas onde passavam boa parte de suas vidas. Assim será possível vê-los na relação com seus iguais e com os “outros”, utilizando os caminhos abertos pelas práticas culturais como um meio poderoso de buscar legitimidade e reconhecimento, de exprimir demandas e visões de mundo e de conquistar um espaço social negado em outras arenas.

Ao mesmo tempo, o projeto procura contribuir para aproximar estudos sobre a experiência dos escravos e dos trabalhadores livres. Ao invés de examinar somente os contatos entre ex-escravos e livres, julgamos produtivo seguir outro caminho. Em texto recente, Ângela de Castro Gomes confrontou algumas análises voltadas para o estudo das

lutas dos escravos pela liberdade com aquelas que lidaram com o movimento operário posterior.⁴¹

De fato, nos últimos anos, vários historiadores do trabalho têm se interessado por aspectos referentes à definição e aplicação das leis escravistas. Para os historiadores da escravidão, a análise de processos judiciais e dos debates parlamentares possibilitou uma leitura renovada dos significados das leis de 1871 e de 1885, bem como uma nova compreensão do modo como a arena jurídica podia se constituir em canal importante para a conquista da liberdade. Para os estudiosos do movimento operário, a análise das relações de trabalho e dos movimentos sociais também os levou a investigar os domínios da lei e da aplicação dos direitos trabalhistas a partir dos anos 1920 e, sobretudo, 1930, examinando as mediações legais, institucionais e jurídicas que delimitavam os enfrentamentos entre trabalhadores, patrões e autoridades públicas.⁴²

Ao mesmo tempo em que o artigo de Ângela de Castro Gomes chama a atenção para o tema do direito, oferece também uma estratégia interessante para uma investigação coletiva. Comparando resultados obtidos por alguns estudos específicos, mostra como é possível encontrar similaridades: “se os escravos souberam agir nas brechas que a lei de 1871 lhes abriu, também os trabalhadores urbanos (...) procuraram usar os direitos que as novas leis estabeleciam, até porque podiam defendê-los através de uma instituição igualmente nova: a Justiça do Trabalho”.⁴³ O procedimento comparativo, aqui, é duplamente interessante: de um lado, porque confronta experiências dos trabalhadores em arenas sociais e políticas diversas, ao longo do tempo; de outro, por cotejar resultados de pesquisas específicas e circunscritas, que lidam com questões precisas, mas que podem ser aproximadas a partir de uma temática comum.

⁴¹ Ângela de Castro Gomes, “Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, no. 34, jul-dez, 2004.

⁴² Ver, por exemplo, Kazumi Munakata, *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981; Ângela Maria de Castro Gomes, *Burguesia e trabalho e A invenção do trabalhismo*.; Maria Célia Paoli, *Labor, law and state in Brazil: 1930-1950*. Doutorado. Londres: Birkbeck College, University of London, 1987; Barbara Weinstein, *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez, CDAPH-IFAN., Universidade São Francisco, 2000; Michael Hall, “Labor and the law in Brazil”, em Marcel Van Der Linden e Richard Price (orgs.), *The rise and development of collective labour law*, Bern: Peter Lang, 2000, pp. 79-95; Ângela Araújo, *A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30*. São Paulo: Edições Sociais, 1998; John French, *Afogados em leis*.

⁴³ Ângela de Castro Gomes, “Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate”, *Estudos Históricos*, 34 (2004): 176. Ver também da mesma autora, “Retrato falado: a Justiça do Trabalho na visão de seus magistrados”. *Estudos históricos*, 37 (2006): 55-80.

2. EIXOS DE INVESTIGAÇÃO E ATIVIDADES DE PESQUISA

Este Projeto Temático articula-se, portanto, em torno de dois grandes eixos de investigação: de um lado, trata-se de apreender as múltiplas *identidades* e formas de atuação conjunta dos trabalhadores e suas repercussões na esfera pública, focalizando inclusive a formação de grupos e associações (religiosas, recreativas, de apoio mútuo, sindicais, etc); de outro, busca-se examinar como costumes compartilhados serviram de base para a *reivindicação de direitos* ou sua expansão, e como tais direitos figuraram e repercutiram na esfera pública.

Do ponto de vista da pesquisa, os eixos desdobram-se em diversas propostas específicas, que incidem empiricamente sobre objetos e temporalidades variadas. Ainda que concebidas como pesquisas individuais e com objetivos próprios, elas também buscam desenvolver uma reflexão orientada por aquelas duas questões mais gerais. Tal característica permite a constituição de um terreno comum entre os trabalhos individuais, contribuindo para um debate mais amplo, ordenado pelos eixos de investigação apresentados acima. Ao mesmo tempo, elas também estão articuladas pela realização de trabalhos coletivos que visam à construção de instrumentos de pesquisa ou envolvem discussões metodológicas necessárias ou de interesse para vários pesquisadores.

Descrevemos, a seguir, o escopo das pesquisas individuais e dos projetos coletivos a serem desenvolvidos pelos membros da equipe principal do Projeto, evidenciando, de forma sucinta, como cada um se articula com as questões centrais que presidem o Projeto Temático.

2.1 PESQUISAS INDIVIDUAIS

a) *Liberdades concedidas e conquistadas: quilombolas, escravos e libertos em Portugal e no Brasil (séculos XVII e XVIII)*

Silvia Hunold Lara toma dois momentos da história colonial como base para uma reflexão sobre os significados políticos da liberdade no universo escravista português, em especial a partir da experiência brasileira. Seu principal propósito é discutir o modo como a liberdade é concebida, reivindicada, doada, inscrita na lei ou praticada pela Coroa, por diversas autoridades coloniais e metropolitanas, por senhores, índios, escravos e libertos.

O primeiro deles é a conjuntura final da história de Palmares, a partir da assinatura do acordo de paz em 1678, que concedeu terras e liberdade para os palmarinos, em troca da vassalagem ao soberano português. As negociações e os termos do acordo contêm demandas diferenciadas (escravas, metropolitanas e coloniais) e envolveram polêmicas sobre a legitimidade da escravização, do cativo e da liberdade de índios e africanos nos domínios ultramarinos da segunda metade do século XVII que merecem ser melhor investigadas. Além do interesse específico do exame do tema num momento em que a voz dos escravos pôde ser forte o suficiente para ser ouvida na Corte, a pesquisa permite ainda analisar as bases de uma tradição legislativa que foi invocada por magistrados, juízes e advogados abolicionistas e emancipacionistas a partir de meados do século XIX. Contribui, deste modo, para a discussão do segundo eixo de investigações deste Projeto Temático.

O segundo momento situa-se no período final da conjuntura pombalina e o início do reinado de d. Maria I, para focalizar os nexos entre as diversas leis sobre a liberdade então promulgadas, como a liberdade dos índios do Brasil (1755), a restrição ao cativo dos chineses (1758), a abolição do tráfico para Portugal (1761), a equiparação dos súditos asiáticos e africanos orientais cristãos aos brancos nascidos em Portugal (1761), e do ventre livre em Portugal e Algarves (1773). Colocar as reflexões setecentistas sobre a escravidão e a liberdade na perspectiva do império português permite não apenas estabelecer conexões entre debates jurídicos e teológicos que têm sido estudados separadamente, mas também relacioná-los a movimentos sociais e intelectuais mais amplos, que abrangem o universo metropolitano e o colonial. Mais uma vez, o objetivo é investigar os elementos que possibilitaram a construção de noções de liberdade que podiam ser praticadas de modos diferentes por sujeitos sociais diversos.

b) Escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império.

No contexto de seu interesse geral na história da sociedade escravista brasileira do século XIX, **Sidney Chalhoub** pretende continuar a pesquisa, em andamento, sobre práticas de escravização ilegal e experiências de precarização da liberdade no período. Ao estudar séries documentais da polícia e da Casa de Correção da Corte, deparou-se com grande número de pessoas detidas sob a alegação de que eram suspeitas de serem escravas. Diante da prática generalizada de escravização ilegal de africanos após a lei de proibição do

tráfico negreiro de 1831, a detenção dessas pessoas sinalizava a precariedade da liberdade de pretos e pardos forros ou livres naquela sociedade. Ademais, a prática da escravização ilegal, no contexto da conivência do poder público com o não-cumprimento da lei de 1831, tornava o Estado imperial seu fiador, contribuindo assim para estabilizar o domínio da classe senhorial escravista em meados do século XIX. No âmbito deste projeto, a idéia é levar a pesquisa até a segunda metade do século XIX, de modo a explorar o banco de dados, em processo de alimentação no CECULT, constituído a partir dos livros de entradas e saídas de presos da Casa de Detenção da Corte. A análise de continuidades e mudanças nas práticas de suspeição sobre pretos e pardos -assim como a atenção aos modos de os negros lidarem com tais práticas de discriminação e exclusão - permitirá discutir aspectos da articulação de identidades e dos modos de atuação política possíveis àqueles que conquistavam a liberdade nas últimas décadas de vigência da escravidão.

c) As máscaras da liberdade: nação, escravidão e cidadania no Brasil Império.

Entre as décadas de 1820 e 1850, a Corte presenciou a multiplicação de periódicos que polarizavam um debate político envolvendo temas como a definição da cidadania, os limites da participação política, sua retórica própria e as práticas consideradas aceitáveis ao seu exercício. Dessas quatro décadas, duas foram marcadas pela presença de uma questão política das mais delicadas, que se tornou por fim uma questão diplomática: a proibição do tráfico de escravos em 1831 e sua continuação ilegal até 1850. A partir da reconstituição dos debates políticos do período, **Jefferson Cano** pretende investigar como, no processo de construção do Estado imperial, as “liberdades” políticas e civis foram se definindo e se conformando em relação à “liberdade”, entendida como um problema colocado pela existência da escravidão. Além disso, busca compreender como nessa relação foram se constituindo as identidades políticas que polarizaram a vida pública do Império. A documentação privilegiada será a imprensa periódica da Corte, a partir da qual adotaremos como estratégia de pesquisa alguns estudos de caso, personagens emblemáticos da história da imprensa oitocentista, que tiveram uma atuação duradoura e deixaram uma produção vasta, permitindo acompanhar um problema ao longo de um período mais extenso dentro de um mesmo grupo de referência.

Neste sentido, esta proposta vem dar continuidade às reflexões iniciadas nos últimos anos em torno da figura de Justiniano José da Rocha, que ele pretende ampliar para outras figuras contemporâneas. Justiniano, afro-descendente profissionalizado no jornalismo político, manteve-se como um dos grandes nomes da imprensa do Rio de Janeiro entre 1835 e 1860, na qual veio a ser figura central para a constituição do discurso político do partido conservador. A partir de um personagem como este e de sua atuação, pode-se abordar não somente o lugar que o problema da escravidão vinha ocupar dentro de um projeto nacional, mas também a instrumentalização da questão racial nas disputas políticas travadas pela imprensa, e a própria politização das identidades raciais ao longo do período.

Dessa maneira, essa proposta de pesquisa converge com os eixos da problemática geral que estrutura o Projeto Temático, ao focalizar a repercussão no debate público da ameaça que se apresentava à continuidade do trabalho escravo pela cessação de sua fonte africana, e investigar como as questões políticas originadas no mundo do trabalho serviram à formação de agrupamentos e redes de sociabilidades que se faziam representar nesse debate público, flagrado por meio das discussões presentes na imprensa do período.

d) *Cultura centro-africana, acesso à alforria e identidade escrava nas fazendas: Vale do Paraíba e Oeste Paulista, c. 1810-1888.*

O projeto de **Robert W. Slenes** examina a formação da cultura e da identidade escrava no contexto das *plantations* do Vale do Paraíba fluminense e paulista e do Oeste de São Paulo durante o século XIX. Estudos recentes sobre o tráfico e os resultados publicados deste projeto até agora indicam que a partir de 1810 os cativos de origem *(ba)kongo* e *mbundu* (respectivamente, do baixo Rio Zaire – a área do antigo Reino do Kongo – e da região atlântica do norte da atual Angola) formavam a matriz cultural das senzalas, à qual cativos de outras procedências, a maioria provenientes de povos relacionados da África Central, tiveram que integrar-se. Por outro lado, há evidências de que a taxa de alforria era baixa nas grandes fazendas, mesmo antes do fim do tráfico, ao contrário do que sucedia nas pequenas propriedades. Como resultado, os cativos das *plantations*, a maioria sem perspectivas significativas para a integração na sociedade livre e para a mobilidade social, tendiam a formar uma identidade coletiva antagônica à dos senhores, mobilizando para isso elementos de uma cultura centro-africana compartilhada.

O projeto se debruça sobre uma variedade de fontes brasileiras e centro-africanas, desde relatórios secretos, processos crimes e correspondência de delegados de polícia a relatos de viajantes e missionários, dicionários e letras de “jongos” (canções de trabalho e lazer, originárias do tempo da escravidão). Enfoca especialmente um plano de rebelião escrava centrada no Vale do Paraíba fluminense em 1848, que foi de grande impacto político, pois o medo que suscitou contribuiu para a abolição definitiva do tráfico em 1850. Analisa também o papel nesse movimento (e em outros semelhantes) de “cultos (kongo) de aflição”, descritos em grande densidade em documentos brasileiros, que podem ser cotejados com fontes e estudos etnográficos sobre tais cultos entre os kongo. Mostra ainda a importância entre os escravos do Sudeste do culto a espíritos territoriais locais (algo largamente disseminado entre kongo e mbundu), e a incorporação de santos católicos, em particular Santo Antônio, ao panteão desses espíritos, tanto no Brasil quanto no antigo Reino (cristão) do Kongo. Finalmente, utiliza as letras de jongos e histórias dos feitos milagrosos de mestres jongueiros, colecionadas em meados do século XX, para mostrar sua coerência com um campo metafórico/religioso densamente retratado por estudos etnográficos e dicionários do início do século XX, referentes ao povo kongo.

Paralelamente, o projeto examina o processo de alforria, com o intuito de medir as taxas diferenciais de manumissão segundo o tamanho da posse de escravos e o perfil sócio-demográfico dos escravizados. Este esforço enfoca Campinas como estudo de caso ao longo do século XIX e conta com a participação de alunos envolvidos em pesquisas para monografias, dissertações e teses. Aplica-se o método de ligação nominativa de fontes para seguir indivíduos entre séries documentais diferentes (testamentos, cartas de alforria, manumissões em registros de batismo, listas de escravos em inventários e recenseamentos), utilizando-se para isso índices e bases de dados já criados e construindo outros. Um resultado deste esforço será a ampliação de tais recursos de pesquisa, o que permitirá outros estudos da escravidão em Campinas baseados na ligação nominativa. Este projeto, com seu enfoque na formação de identidades escravas, está integrado ao primeiro eixo de pesquisa do atual Projeto Temático.

e) ***Realizando leis: arcabouço legal e relações de trabalho – século XIX.***

Joseli Maria Nunes Mendonça estudará, no contexto do século XIX, as várias medidas legais que configuraram, direta ou indiretamente, as relações de trabalho nas propriedades agrícolas. Determinações mais gerais – como a lei de proibição e de repressão ao tráfico transatlântico de escravos (1831 e 1850), a lei de terras (1850), a chamada legislação emancipacionista (1871, 1885, 1888), a lei de locação de serviços (1879) – e outras estabelecidas em nível provincial – como, por exemplo, a lei de subvenção à imigração vigente em São Paulo a partir de meados da década de 1880 – compuseram um repertório legal que se baseou nas relações até então vigentes entre trabalhadores e proprietários de terra e, ao mesmo tempo, redefiniram tais relações.

A configuração desse conjunto de leis concernentes ao mercado de trabalho – como da legislação em geral - envolveu os poderes legislativo, do qual resultava a lei; executivo, que a regulamentava; judiciário, que tinha a função de aplicá-la; e moderador, cuja ingerência podia se fazer em cada um dos demais. Assim, a “realização” das leis abarcava os quatro poderes e as várias instituições por meio das quais eles eram exercidos: o monarca, o Conselho de Estado, a Câmara de Deputados, o Senado, os ministérios e secretarias, os tribunais de Justiça.

Muitos proprietários de terras e grandes empregadores de mão-de-obra (escrava e livre) estiveram envolvidos no processo de realização das leis, atuando nas várias instâncias públicas, exercendo cargos no Conselho de Estado, na Assembléia Geral e nas Provinciais, nos Ministérios e na Magistratura - comumente em mais de um deles. Pretende-se estudar alguns desses proprietários, investigando a sua atuação nesses espaços institucionais e, concomitantemente, aspectos referentes às relações que estabeleciam com seus trabalhadores. O objetivo é estabelecer, assim, conexões entre as relações de trabalho vivenciadas pelos proprietários agrícolas e sua atuação na “grande política”, buscando compreender a forma como tais relações repercutiram na esfera pública, tendo em vista a configuração do corpo legal referente ao mercado de trabalho.

Deste modo, sua pesquisa contribui para os debates sobre as formas de elaboração, aprovação e aplicação das leis, bem como para o estudo sobre a repercussão das demandas dos trabalhadores (africanos, brasileiros, imigrantes) na definição e redefinição do *corpus* legal relativo ao trabalho.

O estudo abarcará os municípios de Campinas, Piracicaba e região no século XIX. Tais localidades passaram por importantes transformações na atividade econômica no período, decorrentes da expansão das lavouras cafeeiras e canavieiras e de alterações significativas na composição do mercado de trabalho, constituído ao longo do tempo por trabalhadores escravos africanos e brasileiros, trabalhadores libertos, nacionais livres e imigrantes.

f) Trabalhadores, política e cidadania (1880-1920)

O objetivo da pesquisa desenvolvida por **Cláudio Henrique de Moraes Batalha** é abordar a relação dos trabalhadores com a ação política e suas formas de inserção na esfera pública. Tendo por base, fundamentalmente, a cidade do Rio de Janeiro e o estado de São Paulo, a pesquisa buscará explorar as diversas formas de organização desenvolvidas pelos trabalhadores visando à conquista de direitos sociais e políticos. São também questões pertinentes à pesquisa: a relação dos trabalhadores com a política institucional; a atitude dos imigrantes com respeito à naturalização; a participação eleitoral das classes subalternas; e as negociações dos trabalhadores com diversos atores sociais para a obtenção de direitos.

A história social tem sido unânime em afirmar o caráter excludente da política no Brasil durante o Império e a Primeira República, ao enfatizar a manipulação dos resultados eleitorais e a baixa participação popular na política formal; ao mesmo tempo, não faltam referências ao uso eleitoral dessas classes excluídas na política urbana, seja como força de embate nos processos eleitorais, seja através do voto de determinados setores e categorias de trabalhadores. Essa dimensão contraditória, sem propriamente colocar em cheque a visão de exclusão dos pobres da política institucional, indica uma complexidade maior dessa relação com a política nos centros urbanos que mereceu pouca atenção dos historiadores até o momento.

Por outro lado, a busca de ampliação de direitos, amparados ou não em uma legislação, não pode ser reduzida à participação na política formal. Diversas formas de luta e de negociação podem ser observadas visando a obtenção de conquistas relacionadas às condições de trabalho, aos direitos de usuários de serviços, à garantia dos direitos individuais, etc.

Tratar da luta por direitos sociais e políticos é também dar conta dos diversos entraves ao seu desenvolvimento estabelecidos pela estrutura legal do Estado brasileiro, pelas políticas adotadas pelo governo central e pelos governos estaduais, ou pela postura das classes dominantes diante das reivindicações dos subalternos. Desse modo, são aspectos integrantes da pesquisa, de um lado, os mecanismos de lutas por direitos dos trabalhadores; e, de outro lado, as respostas a tais lutas na legislação e nas diversas instituições sociais.

Como fica evidente, esta proposta enquadra-se, particularmente, no primeiro eixo do Projeto Temático, que trata das múltiplas formas de atuação conjunta dos trabalhadores e suas repercussões na esfera pública.

g) *Pedindo passagem: sambistas e trabalhadores no Rio de Janeiro, 1900-1940.*

A partir do trabalho de pesquisa desenvolvido nos últimos anos por **Maria Clementina Pereira Cunha** sobre os sambistas da região portuária e da Cidade Nova nos primeiros anos do século XX, assentado principalmente sobre um conjunto de processos e inquéritos policiais relativos a tais personagens, foi possível enxergar com mais clareza os elos entre sua própria experiência social e a dos homens e mulheres com quem compartilharam espaços de vida e sociabilidade – em cortiços, botequins, gafieiras, terreiros de candomblé etc. Afinal, Donga, João da Bahiana, Hilário Jovino, Heitor dos Prazeres, Sinhô e tantos outros – todos homens negros, pobres, muitos deles operários ou trabalhadores braçais autônomos, vários filhos ou netos de escravos ou trabalhadores desqualificados – nasceram e cresceram num período em que o debate sobre a cidadania e os limites a serem impostos a seu exercício era um tema crucial para o país. Ao mesmo tempo, intelectuais e outros atores sociais buscavam intensamente, à época, uma identidade para a nação, por meio da valorização de elementos como a mestiçagem, o samba ou as festas populares.

Homens de sua condição foram objeto de um aceso debate entre diferentes correntes políticas e intelectuais, ao qual não parecem ter permanecido alheios: trataram de construir, usando os meios de que dispunham, espaços de participação e modos de se fazerem ouvir, trincheiras que os protegessem contra as investidas do poder público e estratégias de aceitação e reconhecimento. Portadores de um instrumento valioso naquele contexto – a

música popular – os sambistas foram capazes de se transformar, aos olhos das elites, de indivíduos perigosos e viciosos a portadores da “originalidade” brasileira, sínteses vivas da identidade nacional.

Assim, uma releitura de sua obra e de suas trajetórias se torna uma perspectiva tentadora: ao invés de entendê-los na perspectiva sempre enfatizada da identidade “malandra” que resiste cegamente à ordem e ao trabalho ou, no lado B, da construção positiva de uma manifestação cultural autenticamente nacional e popular, pode-se tomá-los como expressão de uma permanente luta por espaços, direitos e legitimidade pública que marcou a experiência coletiva dos trabalhadores pobres com quem conviveram ao longo de suas vidas. A análise, entretanto, não deve estar restrita à produção musical: buscar esses sujeitos nos fragmentos de sua vida cotidiana, através dos registros deixados pela polícia e pela justiça na cidade do Rio de Janeiro, no cerne das tensões e conflitos que marcaram a experiência dos trabalhadores, constitui um caminho ainda não percorrido pela historiografia especializada para entender suas canções, desvendar novos sentidos em suas trajetórias pessoais e repensar as circunstâncias em que produziram sua música.

h) Trabalhadores, legislação e Justiça do Trabalho (anos 1930-1970)

Fernando Teixeira da Silva examinará as experiências dos trabalhadores no campo jurídico, particularmente na Justiça do Trabalho, desde a sua implantação na década de 1930 até o final dos anos 1970, nas cidades de São Paulo e Campinas. Trata-se de analisar as leis, o direito e a justiça trabalhistas como um campo de força em que diversos atores sociais se movimentam e, de diferentes maneiras, se apropriam de recursos institucionais disponíveis, mas que são continuamente recriados pelos sujeitos sociais envolvidos.

A pesquisa tem por objetivo ultrapassar interpretações presas estritamente aos aspectos jurídicos e institucionais da intervenção do Estado, segundo as quais os objetivos desmobilizadores da Justiça do Trabalho, da legislação social e do corporativismo sindical teriam sido plenamente efetivados, subordinando os trabalhadores de modo absoluto a estruturas de dominação de classe, sempre avalizadas pelo controle estatal. Assim, pretende-se realizar um conjunto de entrevistas com trabalhadores, sindicalistas, juízes, desembargadores e advogados trabalhistas, além de investigar centenas de processos de dissídios individuais e coletivos, envolvendo as mais variadas categorias profissionais.

Busca-se considerar a diversidade de situações e expectativas que motivaram trabalhadores, empresários e sindicatos a recorrer à Justiça do Trabalho como espaço legítimo de conflitos e negociações. Este objetivo, portanto, está articulado ao primeiro grande eixo de investigação do Projeto Temático, cujo propósito é o de focalizar a formação de grupos e associações e a repercussão de sua atuação nos espaços públicos.

Por outro lado, os depoimentos orais e as ações trabalhistas podem sugerir um conjunto de práticas e relações sociais mais amplas, como as experiências cotidianas nos locais de trabalho, nos sindicatos, nas mobilizações coletivas e na esfera privada, conformando os princípios norteadores do segundo grande eixo de investigação do projeto, destinado à análise de como costumes e práticas compartilhados formaram bases sólidas para a luta por direitos. Ao lado das demandas específicas, serão igualmente inventariados os diferentes resultados e repercussões dos processos, por meio dos quais se pode compreender não apenas o funcionamento da Justiça do Trabalho, mas também as diferentes visões sobre sua eficácia e legitimidade.

A amplitude cronológica e espacial do projeto justifica-se pelo objetivo de se proceder a análises comparativas entre categorias profissionais diversas, múltiplas formas de atuação dos atores envolvidos nos processos, peculiaridades regionais dos mundos do trabalho e diferentes significados atribuídos aos direitos e à justiça trabalhistas. Ademais, trata-se de ir além da chamada Era Vargas (1930-1964), buscando analisar continuidades e descontinuidades da justiça trabalhista em diferentes “tempos políticos”.

Tal conjunto de questões vem preencher uma lacuna no campo da História Social do Trabalho, uma vez que ainda são poucos os estudos sistemáticos sobre a Justiça do Trabalho no Brasil. A análise deste vasto corpo documental também poderá contribuir para uma compreensão mais aprofundada das relações entre trabalhadores, empresários e governos no período, alcançando uma densidade empírica não permitida em investigações ainda marcadas por generalizações que consagram o Estado como o sujeito absoluto do processo histórico.

2.2. PROJETOS COLETIVOS

2.2.1. Instrumentos de Pesquisa

Para dar sustentação às pesquisas individuais, atividades de caráter coletivo, organizadas em torno dos dois grandes eixos de investigação do Projeto Temático (*identidades e reivindicação de direitos*), serão desenvolvidas ao longo de todo o seu período de vigência, com um caráter permanente e rotineiro. Elas visam a construção de instrumentos de pesquisa, configurando ferramentas que podem ser utilizadas para localização de fontes, processamento e cruzamento de dados e outros procedimentos de análise. Tais ferramentas, sob a forma de bases de dados e inventários de fontes, algumas já iniciadas em projetos anteriores, que serão ampliadas para adequar-se aos objetivos atuais, e outras - como inventários e instrumentos de referência de fontes - a serem iniciadas a partir deste projeto, serão construídas mediante a colaboração de diversos pesquisadores, envolvendo ainda estudantes de graduação, como bolsistas de iniciação científica e futuros bolsistas de pós-doutorado a serem incorporados à equipe.

A integração de alunos de graduação em atividades coletivas tem sido uma prática bem sucedida no âmbito do CECULT. Ela permite estimular a formação, na área abrangida pelo projeto, de alunos de graduação, que muitas vezes continuam depois seus estudos na pós-graduação. Além de contribuir para a formação de recursos humanos e gerar novas pesquisas individuais, tais projetos podem dar origem a produtos específicos que poderão ser disponibilizados de forma mais ampla ao final da vigência do Projeto Temático.

a) A legislação sobre o trabalho e os trabalhadores no Brasil.

Atualmente, é bastante significativa a produção historiográfica que toma a legislação referente ao trabalho como fonte para o estudo da experiência dos trabalhadores escravos e livres, tanto do ponto de vista dos temas inerentes a estas duas áreas de estudos quanto para verificar as conexões entre elas. Superando concepções que consideram o Direito como expressão política e ideológica da hegemonia das “elites”, as leis passaram a ser entendidas a partir do campo de lutas no qual elas se constituíram e foram aplicadas e no qual se enfrentam sujeitos com interesses diversos. Por isso, a legislação, considerada parte constitutiva das relações sociais e das mudanças históricas, se transformou em uma

porta de entrada para a análise histórica de diferentes dimensões da experiência humana. Ela deixou de ser mera referência para se tornar objeto de investigações minuciosas. No caso da história social do trabalho, o interesse recai sobre as leis que regulamentaram diversos aspectos do trabalho escravo e do tráfico africano, bem como sobre a legislação trabalhista promulgada durante a República Velha e, sobretudo, no período Vargas.

Cada vez mais, portanto, é necessário ter acesso aos documentos e dispositivos legais. A demanda, no entanto, nem sempre pode ser facilmente suprida, tendo em vista a dispersão de tais fontes. Algumas vezes, o material legislativo pode ser acessado por meio de *sites* especializados, como o que permite a consulta à *Coleção de Leis do Brasil* (<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/>), ou do projeto *Ius Lusitaniae* (<http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/>), ou ainda por meio de inventários específicos já publicados, mas de difícil acesso (como no caso da legislação sobre a escravidão no período colonial⁴⁴). Esses instrumentos, no entanto, não oferecem índices remissivos ou de assuntos, nem possibilitam uma consulta exaustiva, dados os recortes e as limitações dos projetos aos quais estão vinculados.

Durante um seminário promovido pelo CECULT, que colocou em contato estudiosos que tratam das relações entre o direito e a experiência dos trabalhadores escravos e livres,⁴⁵ surgiu a idéia de construir um inventário de leis que reunisse os textos legais e possibilitasse o cruzamento de dados e buscas rápidas. Além de tornar mais ágil o acesso às fontes legais, um instrumento que congregasse tanto o material legislativo referente ao trabalho escravo quanto aquele sobre o trabalho livre facilitaria as abordagens que priorizam a conexão das experiências de trabalhadores escravos, livres, nacionais, estrangeiros.

É, portanto, com a finalidade de realizar esta idéia e incrementar o acesso a estas fontes, potencializando as possibilidades analíticas que elas oferecem para os pesquisadores vinculados a este Projeto Temático, que nos propomos a elaborar uma base de dados sobre

44 Vide Silvia Hunold Lara, "Legislação sobre Escravos Africanos na América Portuguesa" in: José Andrés-Gallego (coord), *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera/Digibis/Fundación Hernando de Larramendi, 2000 (CD-Rom), 700p.

45 Seminário "Direitos e Justiça. Histórias plurais", organizado por Silvia Hunold Lara e Joseli Maria Nunes Mendonça e promovido pelo CECULT-IFCH-UNICAMP. Campinas - SP, 14 e 15 de maio de 2003. Os resultados do seminário foram publicados sob a forma de uma coletânea. Vide Silvia Hunold Lara e Joseli

a legislação relativa ao trabalho e aos trabalhadores no Brasil, que congregue a íntegra desses textos legais e seja dotado de mecanismos de referência e busca de informações capazes de apoiar o trabalho das pesquisas em andamento.

Sendo um trabalho de grande envergadura, deverá ser realizado a partir de recortes temáticos precisos e em etapas sucessivas. Uma parte substantiva do material referente ao período colonial já foi coletada por Silvia Hunold Lara⁴⁶, que coligiu a legislação referente aos escravos africanos; é necessário, para esse período, complementar os dados com o inventário das leis sobre o trabalho dos indígenas e homens livres pobres. A legislação sobre os escravos, referente ao século XIX, necessita ser coletada, pois somente a ementa destes textos legais encontra-se referenciada em guias e instrumentos de pesquisa.⁴⁷ Com relação à legislação sobre o trabalho livre, o quadro geral do período imediatamente após a abolição e, de fato, durante toda a República Velha, é praticamente desconhecido. Quanto à legislação trabalhista do período Vargas, existem diversas obras jurídicas que apresentam vasto repertório de leis, mas as informações são dispersas e sistematizam fundamentalmente a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Assim, a construção deste banco de dados deve ser feita em pelo menos três etapas:

- a) a primeira deve partir do material já coletado sobre a escravidão africana para o período 1521-1822 e complementar a pesquisa para incluir textos legais referentes aos índios e homens livres pobres;
- b) a segunda deve iniciar-se pela coleta dos textos legais referenciados nos guias sobre a legislação escravista oitocentista já existentes e complementar o levantamento para incluir os textos legais sobre índios e trabalhadores livres;
- c) a terceira deve começar pela referência e coleta de textos legais sobre trabalhadores livres no pós-abolição e nas primeiras décadas do século XX;
- d) finalmente, deverão ser inventariadas as leis trabalhistas do período Vargas.

Maria Nunes Mendonça (orgs). *Direitos e justiça no Brasil. Ensaio história social*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2006.

46 Silvia Hunold Lara, "Legislação sobre Escravos Africanos na América Portuguesa".

47 Déa Ribeiro Fenelon, "Levantamento e Sistematização da Legislação relativa aos Escravos no Brasil". *Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História - Trabalho Livre e Trabalho Escravo*. São Paulo, 1973, volume II, pp. 199-307; Francisco Sérgio Mota Soares et al (org.), *Documentação jurídica sobre o negro no Brasil, 1808-1888: índice analítico*. Salvador, Secretaria da Culutra, DEPAB, 1989.

b) Terrenos da História.

Com o apoio da FAPESP, o grupo de pesquisadores do CECULT vinculados ao Projeto Temático “Santana e Bexiga: cultura e cotidiano de trabalhadores nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro entre 1850 e 1930” construiu uma importante ferramenta de pesquisa: os “mapas temáticos”. Sobre uma base cartográfica de duas áreas específicas – respectivamente a região portuária e Cidade Nova no Rio de Janeiro e o trecho ao sul da Praça da Sé, em São Paulo - foram localizados dados seriais coletados em fontes como os Livros de Ocorrências das delegacias policiais, registros de sociedades de diversas naturezas (classistas, festivas, culturais e outras) – além de informações obtidas nas pesquisas individuais dos membros da equipe (como os cortiços, os grupos carnavalescos, as associações de classe e assim por diante). Os mapas se propunham, resumidamente, a cruzar os dados disponíveis em sua referência espacial para permitir uma análise mais integrada da problemática de pesquisa em torno da qual a equipe estava debruçada. A ferramenta permitia, assim, discutir a partir de nova abordagem duas áreas urbanas de forte conteúdo simbólico e sobre as quais foi erigida boa parte dos estereótipos que cercam ambas as cidades, aos quais a própria historiografia não tem permanecido imune.

A proposta foi desdobrada, naquela ocasião, em três exercícios com graus crescentes de complexidade. O principal deles, com um grau maior de sofisticação pelo volume de dados incorporados e da sua forma de apresentação, é intitulado “Espaços de sociabilidade – Rio de Janeiro, 1905” e agrega elementos relativos à série das ocorrências policiais, dos clubes e sociedades registrados na cidade do Rio de Janeiro, além de elementos retirados de pesquisas individuais (como inquéritos policiais, processos criminais, depoimentos, referências de imprensa), em um recorte temporal bem delimitado.⁴⁸ Com tais fontes, foi possível identificar um conjunto muito expressivo de habitações coletivas, botequins, casas de pasto, bilhares, clubes carnavalescos e esportivos, associações de classe, fábricas ou estabelecimentos de trabalho de maior porte, terreiros de religiões afro-brasileiras, casas de meretrício – além dos estabelecimentos policiais e jurídicos voltados para a manutenção da ordem pública, como delegacias e pretorias, naquela região que constituía então o núcleo de maior concentração de trabalhadores pobres

⁴⁸ Vide <http://www.unicamp.br/cecult/mapastematicos/index.html>

da capital federal. Além de permitir um acesso rápido aos dados e veicular uma forma inovadora de exposição de resultados de pesquisa, este mapa tem ainda a possibilidade de interessantes usos didáticos, por permitir o acesso, através de *links* indicados em sua própria superfície, a exemplos de documentação escrita, fotográfica e sonora sobre alguns dos endereços assinalados, de interesse para uma compreensão geral da dinâmica urbana e da vida cotidiana de seus moradores.

A base gráfica para este exercício foi um mapa antigo da cidade, localizado na Biblioteca Nacional: o trabalho foi executado a partir de um mapa de 1866, produzido pelo Engenheiro inglês Edward Gotto para a Companhia do Gaz visando à implantação da rede de fornecimento de gás encanado. Com isso, o mapa, dividido em 29 pranchas, adquiriu um grau de detalhamento excepcional, identificando lote a lote, incluindo a sua numeração, por toda a cidade. Evidentemente foi necessário promover adaptações para cada período, adequando a numeração dos lotes no caso de ruas prolongadas, encurtadas ou modificadas em outros aspectos, redesenhando o tecido urbano no caso de áreas novas ou que foram objeto das sucessivas reformas da cidade. Para isso, mapas mais recentes foram utilizados, com uma técnica de superposição que permitisse uma comparação precisa.

O resultado obtido, a nosso ver, é bastante interessante. Ele permite um tipo de aproximação ainda inédito, ao menos no Brasil, à vida cotidiana da cidade e um diálogo excepcionalmente interessante entre fontes e referências que costumam aparecer dissociadas umas das outras – como os sindicatos e associações classistas e os botequins ou casas de meretrício e cortiços de forte presença naquela região. As implicações e significados das redes de sociabilidade em uma área determinada – onde podemos observar casos comuns, como a contigüidade entre terreiros de candomblé e salões de clubes sociais, ou de sindicatos e clubes carnavalescos, entre uma infinidade de relações que podem ser estabelecidas pela simples observação dos mapas- permitem abordagens de múltiplas naturezas: desde uma aproximação micro-histórica, no estudo de vizinhanças específicas, até uma abordagem mais geral sobre, por exemplo, a relação entre os espaços de trabalho e a vida associativa. Viabilizam, ademais, abordagens de universos particulares: por exemplo, dos cortiços e sua superposição com botequins, grupos carnavalescos etc., o que pode resultar em análises bastante ricas do modo de vida dos trabalhadores pobres do Rio de Janeiro no trecho já coberto pelo trabalho realizado. Enfim, todo um conjunto de novas

possibilidades analíticas se abre a partir deste instrumento, cujo valor para os pesquisadores é facilmente perceptível.

Os primeiros resultados alcançados pelo grupo despertaram o interesse de outros pesquisadores em universidades norte-americanas, dando origem a um projeto de cooperação internacional sediado em Stanford University, com participação de pesquisadores de Brown University e da UNICAMP, através do CECULT. Intitulado “The Terrain of History”, o projeto já deu origem a uma *workshop* internacional patrocinada pelo Stanford Humanities Center de Stanford University, realizado no período de 8 a 11 de abril de 2006, com a participação de todos os pesquisadores do CECULT/ UNICAMP, de Stanford e de Brown envolvidos no projeto.⁴⁹

Os termos da cooperação internacional apontaram, nesta reunião, para uma troca mais intensiva entre os pesquisadores, ampliando as formas de acesso recíproco aos dados disponíveis nos diferentes centros e também uma ampliação da área urbana abrangida, que passaria a compreender toda a zona central do Rio de Janeiro, além da intenção de ampliar o recorte cronológico em exercícios mais elaborados - propósitos que atendem plenamente aos objetivos do projeto temático ora proposto. Entre os objetivos deste grupo internacional está, para além da troca de dados e da padronização dos processos de trabalho, a realização de um segundo encontro a ser sediado em Campinas no ano de 2008 – agora ampliado com a participação de especialistas e interessados de outros centros de pesquisa, de modo a adensar a rede de pesquisadores envolvidos com a idéia. Tal seminário servirá, ao mesmo tempo, como preparação para uma possível publicação coletiva, com a edição dos *papers* e respectivos comentários.

O propósito de dar continuidade a esta linha de trabalho pressupõe que a sistematização dos dados que alimentam a construção dos mapas tenha continuidade nesta nova etapa. Assim, três bases de dados já iniciadas no CECULT devem ser adequadas aos novos propósitos, ampliando as possibilidades de pesquisa para outras áreas da cidade e para um período de tempo mais estendido.

As bases de dados pertinentes estão descritas abaixo, especificando os redirecionamentos pretendidos neste novo projeto temático:

⁴⁹ Uma apresentação geral do “The Terrain of History” pode ser vista em sua página na internet: <http://shc.stanford.edu/hrn/rio.htm>

- Clubes e Sociedades de Trabalhadores

Após passar por uma total reestruturação e revisão dos dados durante o projeto anterior, devido ao volume de dados incorporados às suas referências, este banco de dados alcançou um patamar de operacionalidade mais adequado ao uso de todos os pesquisadores. A sua principal característica é não apenas indexar as agremiações formadas por trabalhadores nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, mas armazenar o maior volume possível de informações sobre cada uma delas, abrindo uma entrada para cada ocorrência localizada sobre as agremiações nas diversas fontes pesquisadas. Com isso, pretende-se não apenas documentar a existência de uma dada sociedade, mas acompanhá-la ao longo do tempo nas diversas entradas que compõem o banco - os membros de sua diretoria, sua localização e o tipo de ocorrência na qual foi localizada a menção na fonte (convocações para assembléia, pedidos de licença, aprovação de estatutos). Dadas essas características, foi necessário criar dois formulários vinculados, de modo que pudéssemos operar com dois níveis de informações, uma para o total de agremiações indexadas no banco e outra para o total de ocorrências localizadas. Chegamos, assim, na primeira tabela, a um total de 3.708 entradas, e 11.368 na segunda.

Dentro do encaminhamento dado ao trabalho com este banco, no estágio atingido ao final do projeto temático quanto ao total de ocorrências coletadas, 4.031 referem-se à cidade de São Paulo e 7.288 ao Rio de Janeiro. Os dados que compõem o banco foram coletados em 23 periódicos, além de fontes manuscritas da documentação policial do Arquivo Nacional e do Arquivo do Estado de São Paulo. Após as revisões em sua estrutura e seus dados, as agremiações constantes dessa base ficaram classificadas em 16 tipos: beneficente, carnavalesco, cooperativista, dançante, educativo, esportivo, literário, musical, mutualista, político, recreativo, religioso, sindical, e teatral. Nesses dados há ainda um elenco de 195 categorias profissionais, variedade que se optou por preservar, apesar dos diversos critérios de padronização empregados, a fim de deixar margem aos pesquisadores que farão uso do banco e que adaptarão esse leque de informações a interesses de pesquisa específicos.

Na nova fase que se abre com a atual proposta, pretende-se dar início à pesquisa de uma documentação do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, que não chegou a ser incluída no trabalho até aqui realizado: trata-se da coleção de 105 volumes da série “Estatutos de

sociedades civis” do 1º Ofício de Registros de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, que cobre o período de 1903-1929. Ademais, a ampliação dos registros estará voltada para a inclusão de organizações de cunho político e daquelas criadas para coordenar determinadas campanhas, como os comitês de agitação contra a carestia dos anos 1910, de grande relevância para os objetivos do novo Projeto Temático

- Casa de Detenção

Este banco tem como objetivo a indexação das informações constantes de três rolos de microfilmes que reúnem os registros de entrada na Casa de Detenção do Rio de Janeiro para o período 1860-1880. No último período do projeto coletivo anterior, o trabalho com este banco conseguiu aumentar consideravelmente o volume de dados inseridos, que atingiram o montante de 4.258 entradas, que cobrem o período de 1860-61, 1863, 1877-80.

Além da alimentação da base de dados, foi também empreendido um esforço de padronização e análise dos dados inseridos, o que se deu não só pelo trabalho de revisão da inserção realizada pelos bolsistas, mas também pela constituição, a partir desses dados, de grupos analíticos segundo critérios a que se chegaram visando atender os objetivos mais específicos dos pesquisadores. Esses grupos são formas de organização prévias dos dados e têm por finalidade facilitar a análise subsequente, na medida em que direcionam as questões relacionadas a determinados campos do formulário.

Tais grupos referem-se, principalmente, aos dados sobre os motivos da prisão (caso específico para os dados de escravos) e profissões dos presos. O primeiro quesito foi organizado em cinco grupos: no primeiro estão incluídas todas as ocorrências em que o escravo é recolhido após dar queixa de seu senhor; no segundo grupo, estão localizadas as ocorrências nas quais os senhores utilizam-se da força policial como um complemento a sua autoridade, ou seja, quando a polícia atua a pedido do senhor de escravo; nas prisões que constam do terceiro grupo, a polícia irá atuar a favor da ordem escravocrata, porém não sob ordem direta do senhor de escravos, como em casos de suspeita de fuga; no quarto grupo estão os registros dos escravos presos por crimes comuns a qualquer tipo de cidadão; por fim, no último grupo, estão as prisões nas quais os motivos não se enquadram em qualquer um dos quatro anteriores.

No campo reservado às ocupações, os dados foram organizados em um total de doze grupos, sendo as profissões agrupadas da seguinte maneira: Serviços Domésticos; Serviços Urbanos; Manufaturas, artes e ofícios; Marítimos e portuários; Eclesiásticos; Militares; Empregados Públicos; Empregados no comércio; Capitalistas e proprietários; Designações genéricas; Outros, correspondendo aos descritores que não se enquadram em nenhum dos grupos ocupacionais anteriores -como mendigo e desertor, por exemplo.

A perspectiva inicial presente no trabalho com este banco de dados, entretanto, alterou-se no último ano a partir de negociações iniciadas com a Fundação Casa de Rui Barbosa e o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: na primeira localizamos outros três rolos de microfilme contendo livros de entrada da Casa de Detenção, para um período complementar ao iniciado neste projeto; no segundo, encontra-se a série de originais destes livros, cuja possibilidade de reprodução, seja em microformas ou digitalmente, tem sido considerada. Dessa maneira, os dados da Casa de Detenção, evidentemente complementares à documentação já sistematizada no Banco de Ocorrências policiais - pois fornecem dados bastante semelhantes para as últimas décadas do Império-, não somente se mostram importantes para o desenvolvimento do projeto no recorte proposto, mas ainda abrem a perspectiva de um maior investimento nessa área, tanto pela ampliação do banco quanto pela aquisição de fontes. Grande parte do trabalho que vem se desenvolvendo no âmbito do projeto internacional “Terrains of History” - particularmente através da colaboração com o professor Zephyr Frank (Stanford University) depende da sistematização dessas fontes.

- Ocorrências Policiais

Este banco de dados, desenvolvido no CECULT nos últimos anos, tem como objetivo coletar, sistematizar e indexar as informações constantes dos livros de registro de ocorrências dos distritos policiais do Rio de Janeiro. Trata-se, portanto, de documentação relativa às primeiras décadas do regime republicano, em sua maior parte microfilmada e já adquirida pelo Centro de Pesquisa com recursos de projetos anteriores. Esses dados são armazenados através de dois formulários principais, que se encontram vinculados. Um deles diz respeito aos dados da ocorrência propriamente dita, ou seja, possui campos como data da ocorrência, tipo de crime ou contravenção, tipo de local em que a ocorrência se deu

(habitação coletiva, via pública, botequim, casa de jogo, etc.); o outro formulário está relacionado às informações das pessoas envolvidas na ocorrência, armazenando desde os nomes dos pais, naturalidade e idade até endereço e grau de instrução.

Nas primeiras etapas do projeto coletivo recentemente encerrado, o trabalho de alimentação deste banco foi dividido com o trabalho de sua reformulação estrutural e da revisão e padronização de informações. Concluída esta fase do trabalho, de consolidação do instrumento de pesquisa, as atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2005 e no primeiro semestre de 2006 concentraram-se em duas frentes: por um lado, ampliar as condições materiais de pesquisa, através da aquisição, junto à Fundação Casa de Rui Barbosa, de mais onze rolos de microfilme contendo livros de ocorrência do 14º distrito policial do Rio de Janeiro (Santana) para o período de 1907 a 1929, o que abriu enormes possibilidades de análise. Por outro lado, direcionou-se a continuidade da alimentação do banco para concluir uma série de dados significativa para o projeto então vigente, permitindo análises consistentes a partir destas fontes, evidentemente restritas aos recortes pré-definidos. Dessa maneira, ao fim daquele projeto temático, foram atingidos resultados relevantes no que se refere ao banco de dados de Ocorrências Policiais. Em termos quantitativos, tínhamos, em junho de 2006, um total de 6.473 ocorrências e 10.413 cadastros nominais já incorporados às referências disponibilizadas.

Entretanto, o trabalho de alimentação deste banco concentrou-se, principalmente, em quatro distritos policiais que abrangiam a área da cidade que compunha o recorte espacial do projeto vigente anteriormente: Santa Rita, Tiradentes, Gamboa e Santana. As características desses dados, quando padronizados e comparados, indicam fortemente o interesse da ampliação desta pesquisa para abranger outras áreas da cidade – já que os dados até aqui disponíveis referem-se apenas à área compreendida pelo projeto temático “Santana e Bexiga”. Na verdade, tal ampliação – proposta como um dos produtos do projeto que ora apresentamos – tornará este instrumento, já testado pelos pesquisadores para o recorte da região definida pelo projeto anterior, um poderoso auxiliar para pesquisas de história social do Rio de Janeiro do início da República, permitindo um amplo leque de análises pertinentes ao escopo do projeto atual. Ademais, prosseguir na alimentação desta base de dados para complementá-la com os registros relativos a outras áreas urbanas - iniciando das demais circunscrições centrais, da região da Lapa e Estácio ou do Catete e

Santa Teresa em direção à zona sul ou seguindo para São Cristóvão e, seguindo os trilhos da estrada de ferro, ampliar a investigação em direção à zona norte - constitui uma condição *sine qua non* para garantir a continuidade dos mapas temáticos e do projeto “Terrains of History”. Afinal, esta é a fonte mais importante para a localização de habitações coletivas, botequins e outros espaços relevantes para o estudo das formas de convivência e sociabilidade entre trabalhadores urbanos vistas em suas relações de vizinhança e contigüidade com associações sindicais, culturais e outras.

2.2.2. Reprodução de acervos documentais

As pesquisas individuais e os projetos coletivos mencionados dependem da compra de fontes microfilmadas –ou seja, da reprodução em microformas de fontes manuscritas ou impressas- e da realização de entrevistas. Diretamente relacionadas com as pesquisas a serem desenvolvidas, a aquisição de microfilmes tem sido realizada pelo CECULT de modo a não apenas subsidiar pesquisas específicas (individuais ou coletivas), mas também possibilitar que o material documental seja disponibilizado aos demais pesquisadores do Ceentro e de fora dele, ao serem depositadas em instituições como o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), maximizando os investimentos nesta área.

Além dos procedimentos de aquisição das fontes propriamente ditos, é necessário um tratamento arquivístico, para que o material possa ser rapidamente integrado ao acervo do AEL. Tendo em vista sua utilização imediata na elaboração dos instrumentos e bases de dados e nas pesquisas individuais, é necessário agilizar este tratamento técnico, que pode ser realizado por bolsistas de capacitação técnica, sob a supervisão dos arquivistas do AEL. Contribui-se, assim, também, para estimular o contato de graduandos com as lides arquivísticas, treinamento importante para o ofício da pesquisa.

Tendo em vista as atividades descritas nos itens anteriores, tanto as relacionadas às pesquisas individuais quanto aos projetos coletivos, pretendemos adquirir reproduções dos seguintes núcleos documentais:

a) Periódicos dos séculos XIX e XX

Para o processo de alimentação das bases de dados, as informações divulgadas pela imprensa diária ou ilustrada são essenciais. Boa parte dos periódicos publicados no Rio de

Janeiro e em São Paulo ao longo do século XIX já foi adquirida pelo CECULT nos últimos anos, com o apoio dos projetos coletivos aqui sediados. São cerca de 2.800 rolos de microfilmes que já estão à disposição de todos os pesquisadores no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL).⁵⁰

No âmbito deste projeto, dar-se-á continuidade à compra de periódicos publicados no Rio de Janeiro e em São Paulo durante a primeira metade do século XX, além de expandir a coleção para alguns títulos importantes publicados nas províncias durante o período imperial. Esta documentação é essencial para o desenvolvimento das atividades previstas, sobretudo tendo em vista a necessária expansão dos marcos da periodização das pesquisas individuais e dos projetos coletivos, que avançam agora até meados do século XX.

O material encontra-se já microfilmado pela Biblioteca Nacional e as aquisições destinam-se a completar e ampliar o conjunto já existente no AEL. Tendo em vista a experiência acumulada nesta área e a capacidade de reprodução de microfilmes da própria Biblioteca Nacional, estimamos a aquisição de 1000 rolos de microfilmes durante os quatro anos de vigência do Projeto.

Um segundo acervo importante do qual pretendemos reproduzir documentos é o do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), de Pernambuco. Por razões que desconhecemos, o APEJE possui centenas de títulos de jornais publicados em diversas localidades dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, a maioria do período 1870-1910. Essa preciosa coleção de periódicos conta com diversos títulos abolicionistas, republicanos, operários, satíricos, carnavalescos, etc., que constituem uma documentação importante para o estudo do final do Império e do início da República. Grande parte desses títulos (justamente aqueles cuja microfilmagem pretendemos realizar) inexistem nas coleções de instituições do Rio de Janeiro e de São Paulo. Sua microfilmagem permitirá, portanto, não apenas ajudar a preservar essa coleção, armazenada infelizmente em condições precárias, como garantir cópias de periódicos raros mas necessários para as pesquisas propostas no âmbito deste Projeto Temático.

⁵⁰ Para informações mais precisas sobre os periódicos microfilmados vide <http://www.unicamp.br/cecult/aquisicoes-periodicos.html>

Para que o acesso à pesquisa seja imediato, os microfilmes adquiridos precisam ser catalogados antes de serem depositados no AEL. Este trabalho será realizado por bolsistas de Capacitação Técnica, sob a supervisão dos técnicos do AEL. Em seguida, serão processados no trabalho de alimentação de bancos de dados e para o andamento de várias pesquisas de docentes e estudantes de pós-graduação.

b) Fontes manuscritas e impressas em diversos arquivos e bibliotecas

A alimentação dos bancos de dados descritos acima exigirá a ampliação da base documental voltada para essa atividade e, nesse sentido, já foram feitos levantamentos preliminares de possíveis acervos a serem reproduzidos e incorporados ao Arquivo Edgard Leuenroth. Um dos levantamentos foi realizado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, que guarda uma documentação da Casa de Detenção da Corte, de grande interesse para os fins deste projeto. O CECULT já possui e vem trabalhando com os dados dos Livros de Matrículas de Detentos referentes aos anos de 1860 a 1880. Originários da Penitenciária Milton Dias Moreira, tais livros referem-se à entrada de presos na instituição, com dados sobre sua identificação e do crime cometido. No acervo do APERJ, no entanto, há a continuidade dessa série documental, um riquíssimo conjunto de livros que cobre o período de 1880 a 1964. Num primeiro contato foi feito o levantamento dos livros e sinalizada a possibilidade de reprodução do material, o que esperamos concretizar no âmbito deste projeto temático.

Além disso, esperamos também dar continuidade à alimentação do Banco Clubes e Sociedades a partir de uma documentação do Arquivo Nacional que acrescentará ao trabalho já feito até aqui uma nova gama de informações ainda não contempladas, para um período mais amplo. Referentes ao período imperial, um levantamento exaustivo foi realizado naquele arquivo, na catalogação do fundo “Conselho de Estado”. Neste fundo foi possível recortar uma série documental referente às “Consultas e Pareceres” no que dizia respeito à aprovação ou reforma de estatutos das mais variadas sociedades – fossem elas beneficentes, de socorro mútuo, artísticas, musicais, por categoria de trabalhador ou por identidade étnica. Ainda no Arquivo Nacional, localizamos uma coleção de 105 volumes da série “Estatutos de sociedades civis” do 1º Ofício de Registros de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, que cobre o período de 1903-1929.

Para além do trabalho relacionado aos bancos de dados, o CECULT vem investindo na microfilmagem de fundos arquivísticos de interesse geral para a história social, que vêm incrementar o acervo do Arquivo Edgard Leuenroth. Junto ao Arquivo Nacional uma primeira etapa deste trabalho concentrou-se na reprodução de todo o fundo “Corte de Apelação – Escravos” que já se encontrava catalogada na instituição; no curso deste trabalho, porém, descobriu-se um significativo conjunto não incluído naquela catalogação antiga, o que esperamos contemplar em uma segunda etapa do trabalho, a se realizar por meio de um solicitação específica de auxílio à pesquisa (vide anexo III). Outra frente de pesquisa promissora que necessitará certo investimento no sentido de garantir a organização e a reprodução do acervo é o Arquivo do Estado de São Paulo, com o qual já entramos em contato a fim de viabilizar a futura microfilmagem dos fundos “Juízo de Órfãos” e “Processos Crimes de Campinas”.

Finalmente, prevemos ainda a reprodução de fontes mais específicas, ligadas às pesquisas individuais, a serem realizadas pelos pesquisadores da equipe principal e bolsistas de mestrado e doutorado, em diversos arquivos nacionais e estrangeiros. Tendo em vista a necessidade de maximizar os recursos disponíveis para a pesquisa, temos procurado sempre reproduzir documentos ou séries documentais completas, de modo a potencializar o uso posterior das fontes por outros pesquisadores.

c) Fontes da Justiça do Trabalho no Brasil (1930-1980)

- Processos Trabalhistas (microfilmagem e digitalização)

Os processos da Justiça do Trabalho constituem um corpo documental de inestimável valor para a análise das ações individuais e coletivas dos trabalhadores na arena jurídica. Eles permitem o acesso a informações sobre diferentes tipos de reivindicações e de conflitos entre patrões e empregados, múltiplas formas de interpretação acerca do direito, de experiências dentro e fora dos locais de trabalho, atuação dos “profissionais do direito” (juízes togados e classistas, procuradores e advogados), depoimentos orais de testemunhas, reclamantes e reclamados. Pode-se também compreender melhor a estrutura e o funcionamento da própria Justiça do Trabalho, os trâmites legais dos processos, tais como as resoluções e os recursos em diversas instâncias jurídicas, além das expectativas e dos sentimentos de recompensa, gratidão e frustração diante das decisões judiciais. Os autos

trabalhistas são fundamentais também para a análise dos seus desdobramentos e repercussões na esfera pública, possibilitando a investigação acerca da legitimidade da Justiça do Trabalho entre sindicatos, trabalhadores, empresários, magistrados e políticos.

No entanto, essa documentação ainda tem sido pouco pesquisada e, o que é bem pior, vem sofrendo ao longo de vários anos ações de destruição em massa por decisão da própria justiça trabalhista.⁵¹ A prática sistemática de eliminação dos autos findos, por outro lado, tem encontrado reações e gerado propostas alternativas para a gestão dessas fontes a fim de que o direito à memória da Justiça do Trabalho, patrimônio coletivo dos cidadãos, seja preservado e disponibilizado como parte essencial da construção de uma sociedade democrática.⁵²

Com base na garantia constitucional de acesso do cidadão à Justiça e às suas informações, foi promulgada a Emenda Constitucional 45 ampliando a competência da Justiça do Trabalho e provocando discussões sobre regras de temporalidade dos processos. O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) emitiu resolução sobre “temporalidade e destinação de documentos de arquivos relativos às atividades-meio da administração pública: tabela básica” (Resolução 14), buscando conceituar os documentos que devem ser de guarda permanente, além de instituir e regulamentar o funcionamento de Comissões Permanentes de Avaliação, compostas por historiadores. Iniciativas semelhantes vêm ampliando os debates sobre as informações consideradas importantes para fins de prova judicial, informação e pesquisa.⁵³

Com efeito, ganham destaque medidas de compactação dos processos judiciais e alteração do suporte da informação, como a microfilmagem e a digitalização de processos findos. Como parte desse esforço de preservação das fontes da Justiça do Trabalho e ampliação do acesso às suas informações, este projeto pretende microfilmear quatro mil processos trabalhistas⁵⁴ que se encontram guardados no Arquivo Geral do Tribunal

⁵¹ O Provimento 556, de 1997, emanado do Conselho Superior de Magistratura do Estado de São Paulo, autorizou a eliminação de autos findos.

⁵² Em 1998, o Provimento 556 foi suspenso por medida cautelar do Supremo Tribunal Federal e anulado pelo Superior Tribunal da Justiça.

⁵³ Ver o documento produzido pelo Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, “Os memoriais e a preservação dos documentos da Justiça do Trabalho: revisitando a tabela de temporalidade dos documentos e processos trabalhistas arquivados”. Porto Alegre, 2005 (texto digitado).

⁵⁴ Estimamos que cada processo tenha em média 100 páginas.

Regional do Trabalho da Cidade de São Paulo e no Centro de Memória, Arquivo e Cultura do Tribunal Regional do Trabalho da Cidade de Campinas.

O acervo do Arquivo Geral do TRT/SP, praticamente desconhecido dos historiadores, guarda cerca de 20 mil processos produzidos entre as décadas de 1930 e 1970. Essa documentação é particularmente rica por se tratar de recursos trabalhistas individuais e coletivos contra decisões em primeira instância, ou seja, nas Juntas de Conciliação e Julgamento de diversas cidades do estado de São Paulo, de modo que apresentam maior densidade de informações. No entanto, o Arquivo Geral não possui instrumentos de pesquisa e os processos estão organizados apenas por décadas e separados em dissídios coletivos e individuais.⁵⁵

Já o acervo do Centro de Memória do TRT/Campinas conta com inventários bem organizados de milhares de processos das Juntas de Conciliação e Julgamento de Campinas, Jundiaí, Botucatu e Araraquara, constando registros relativos a profissão, sexo, tipo de trabalho (infantil, feminino ou escravo), nome de reclamante e reclamado, data de autuação, objeto da reclamação e localização do processo.

Os contatos com ambas as instituições estão bastante avançados. Fernando Teixeira da Silva, responsável pela microfilmagem e pesquisa dos processos trabalhistas propostos neste projeto, faz parte da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, instituída pelo TRT/SP, com o apoio da Associação de Arquivistas de São Paulo, visando elaborar critérios para a guarda permanente dos processos judiciais. Outrossim, a microfilmagem já conta com a autorização da Dra. Dora Vaz Treviño, juíza daquele Tribunal, conforme atesta documento anexo. Temos estabelecido também contatos regulares com o TRT/Campinas, especialmente por meio do Arquivo Edgard Leuenroth.

Daremos prioridade à microfilmagem dos processos do TRT/SP em razão de sua maior riqueza documental e da necessidade de cuidados especiais quanto à sua preservação e organização. Portanto, parte desse conjunto documental deverá ser submetida a um processo de preparação da microfilmagem, compreendendo atividades relativas à identificação, seleção, higienização e catalogação dos autos, sob a supervisão de um

⁵⁵ Ver Larissa Correa, *Trabalhadores têxteis e metalúrgicos: direitos e Justiça do Trabalho na cidade de São Paulo – 1953 a 1964*. Projeto de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação de História da Unicamp, aprovado pela Fapesp em 2005 e orientado por Fernando Teixeira da Silva.

profissional da área de arquivologia. Após esta fase, serão gerados filmes originais (matriz) em saís de prata e cópia de consulta em filme diazótico.

Acreditamos que a microfilmagem de quatro mil processos cumpre o duplo objetivo de preservar e disponibilizar considerável massa documental continuamente ameaçada de eliminação. Os microfilmes serão encaminhados ao Arquivo Edgard Leuenroth e poderão se constituir em objetos de investigação de alunos de graduação e pós-graduação, entre outros interessados.

Outro meio de reprodução dos processos será o da sua digitalização, mas esta não terá a mesma prioridade da microfilmagem, uma vez que os meios digitais e os mecanismos de acesso a eles mudam muito rapidamente, com significativas inovações. Por outro lado, a microfilmagem, processo complexo e demorado, poderá tomar todo o primeiro ano da pesquisa, de modo que a digitalização de algumas centenas de processos oferece maior flexibilidade e rapidez de acesso a eles.

- Depoimentos orais

Os depoimentos de trabalhadores, juízes, advogados, empresários e sindicalistas compõem outra fonte bastante rica para os historiadores, conforme algumas pesquisas já puderam revelar.⁵⁶ Por meio de entrevistas, temos acesso não apenas a um conjunto importante de informações, mas também aos significados que diversos atores sociais atribuíram e atribuem à Justiça do Trabalho. As fontes orais constituem narrativas com vasto repertório de lembranças e versões, permitindo ao historiador “abordar as questões relativas à agência e à intervenção subjetiva na história.”⁵⁷

A história oral tem um papel decisivo na preservação e produção de uma memória também em vias de extinção, considerando-se a idade avançada dos depoentes que tiveram experiências com a Justiça do Trabalho nas primeiras décadas abarcadas por esta pesquisa. Assim, pretende-se gravar, por meio digital, e transcrever 40 entrevistas, estimando-se duas

⁵⁶ Ver Paulo André Setti, *Merecimento e eficiência: a performance de advogados e juízes na Justiça do Trabalho em Campinas*. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1997 e o projeto “História do Direito e da Justiça do Trabalho”, desenvolvido pelo CPDOC/FGV, como parte do Projeto Pronex “Direitos e Cidadania”, coordenado por Ângela de Castro Gomes.

⁵⁷ Daniel James, “Contos Narrados nas Fronteiras. A História de Doña Maria, História Oral e Questões de Gênero”. In: Cláudio Batalha et al (orgs). *Culturas de classe*, p. 292.

horas de gravação por depoimento. Os TRTs e sindicatos são instituições fundamentais para o contato preliminar com os entrevistados.

Esta atividade poderá envolver pesquisadores em nível de graduação e pós-graduação. O material gravado e transcrito também será destinado ao acervo do Arquivo Edgard Leuenroth.

3. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

3.1. PUBLICAÇÕES

As pesquisas individuais costumam ter canais claros de divulgação de seus resultados: publicação de livros, artigos em revistas especializadas ou em coletâneas, ou ainda por meio de comunicações em congressos, colóquios e simpósios. Além disso, este Projeto Temático pretende fortalecer outros modos de divulgação dos resultados intelectuais e acadêmicos que pretende atingir.

Aproveitando o espaço da coleção “Várias Histórias”, publicada pelo CECULT desde 1999, pretendemos publicar quatro títulos diretamente relacionados com a temática deste projeto. Em primeiro lugar, pretendemos produzir duas obras coletivas com artigos e ensaios inéditos escritos pelos pesquisadores principais e alguns convidados que ofereçam resultados das pesquisas individuais e discutam, de modo explícito, as questões que presidem os dois grandes eixos de investigação que compõem o projeto. Em segundo lugar, planejamos publicar duas outras obras, de autoria individual (produzidas como teses de mestrado ou doutorado), que mantenham estreita relação com a temática do projeto.

Finalmente, o CECULT possui atualmente uma página na internet (www.unicamp.br/cecult), que permite a divulgação de suas atividades. Elaborada há quase sete anos, ela precisa ser redesenhada de modo a permitir o acesso aos resultados parciais do projeto, assim como a bases bibliográficas e de dados relacionados aos temas das pesquisas em andamento. Assim, poder-se-á chegar a um público acadêmico mais amplo, e servir de estímulo à formação de alunos matriculados nos diferentes níveis de formação acadêmica cujos projetos de pesquisa mantenham uma proximidade clara com a problemática abarcada por este Projeto Temático.

3.2. REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS

Ao longo de seus 10 anos de existência, o CECULT vem se constituindo como um importante centro de pesquisas sobre a história social da cultura, dinamizando esta área de investigações no Brasil. Pretende-se consolidar tal característica, contribuindo de modo efetivo para a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação nesta área e fortalecendo e ampliando as trocas interinstitucionais com outros centros de pesquisa. Essas metas serão alcançadas por meio das seguintes ações e atividades:

a) Realização de seminários internos (dois a cada semestre), entre os pesquisadores principais do projeto e os bolsistas de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado, para discussão de temas de interesse coletivo e/ou o andamento das pesquisas individuais. Eventualmente, os seminários poderão contar também com apresentações de pesquisadores convidados que estejam desenvolvendo pesquisas sobre temas relacionados ao Projeto.

b) Realização de um seminário anual, com a presença de todos os membros da equipe principal e de pesquisadores convidados e/ou colaboradores, nos quais serão apresentados resultados parciais dos projetos em andamento, discutidas as conexões entre os vários trabalhos empreendidos, e avaliados os resultados até então obtidos. Além das sessões propriamente acadêmicas, o encontro anual contará com uma reunião de avaliação do andamento do projeto, discussão de aspectos organizacionais das pesquisas coletivas e programação de atividades para o ano subsequente.

c) Realização de dois workshops internacionais. O primeiro está programado para 2008 e deverá reunir os pesquisadores diretamente ligados ao instrumento de pesquisa “Terrenos da História”, tanto os vinculados a este Projeto quanto os vinculados a Stanford University e Brown University. Ele será precedido de um encontro preparatório que se realizará em Brown University em 2007 e destina-se a discutir o andamento dos trabalhos deste sub-projeto e seus resultados, possibilitando que sejam discutidos com um público mais amplo. O segundo destina-se a discutir a renovação dos procedimentos da pesquisa na área da História Social do Trabalho, enfocando em especial o trabalho com fontes processuais e policiais e a pesquisa prosopográfica ou nominativa. A formatação desse workshop encontra-se ainda em aberto e deverá ser objeto de uma solicitação completar.

4. OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS

Além de seus objetivos diretamente ligados às pesquisas individuais e coletivas, já explicitados nos dois itens anteriores, os trabalhos desenvolvidos no âmbito do projeto desdobram-se também em metas e ações que permitem a interlocução e a troca entre os pesquisadores ou dão suporte aos trabalhos de investigação em andamento. Por isso mesmo, este item expõe, de forma sucinta, os objetivos perseguidos, os resultados intelectuais e os produtos finais que esperamos obter ao longo dos quatro anos de vigência do projeto.

4.1. OBJETIVOS ACADÊMICOS

- Colocar em contato áreas de pesquisa e pesquisadores que lidam com temas relacionados à História Social do Trabalho, permitindo relacionar a experiência de escravos, libertos e ex-escravos com a dos trabalhadores livres antes e depois do período escravista, de modo a rever interpretações tradicionais que postulam uma separação radical entre esses campos de investigação.
- Compreender a formação das identidades dos trabalhadores livres e escravos a partir de seus próprios costumes e tradições, destacando também as diferenças e os processos de construção de solidariedades entre eles, focalizando especialmente sua atuação na esfera pública e as formas como aparecem reivindicando direitos.
- Discutir a pluralidade e a complexidade das experiências vividas pelos trabalhadores ao longo da História do Brasil, mostrando como suas ações e reivindicações, expressas de modos diversos, foram fundamentais para a conformação das práticas sociais e políticas que moldam a sociedade brasileira.

4.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Aprofundar as práticas de trabalho coletivo, colocando em conexão pesquisas individuais sobre períodos e temas diversos, mas que mantenham questões e problemas semelhantes de modo a aprofundar a discussão e potencializar os esforços dos pesquisadores da equipe principal, seus colaboradores e alunos.

- Dar continuidade ao trabalho de elaboração de ferramentas de pesquisa que permitam maior agilidade na localização de informações, somando dados recolhidos em pesquisas individuais ou disponibilizando instrumentos construídos em projetos coletivos que beneficiem diversos projetos específicos, como no caso das bases de dados sobre “A legislação sobre o trabalho e os trabalhadores no Brasil”, “Clubes e Sociedades de Trabalhadores”; “Casa de Detenção” e “Ocorrências Policiais”.
- Contribuir para a preservação de documentação relevante para esta área de estudos, como no caso dos processos produzidos pela Justiça do Trabalho, bem como facilitar o acesso de pesquisadores a tais conjuntos documentais através da construção de instrumentos de pesquisa.
- Estimular a formação de alunos de graduação e pós-graduação na área abrangida pelo projeto, promovendo a participação, em projeto coletivo, de alunos matriculados em diferentes níveis de formação acadêmica, assim como fomentar o diálogo entre as várias pesquisas individuais dos discentes.
- Contribuir para a melhoria da formação de pesquisadores dedicados ao estudo das experiências dos trabalhadores e dos significados de sua presença no espaço público, especialmente aqueles em etapas iniciais de suas carreiras acadêmicas, por meio do oferecimento de cursos de graduação e pós-graduação sobre estes temas.

4.3. RESULTADOS ESPERADOS

- Dinamizar o debate nessa área de reflexão e investigação por meio de publicações diretamente relacionadas aos temas das pesquisas individuais, na forma de artigos em revistas especializadas e capítulos em obras coletivas produzidos pelos membros da equipe principal; e da publicação de quatro livros na coleção “Várias Histórias”: duas coletâneas de ensaios e duas obras individuais ligadas aos temas mais amplos deste Projeto Temático.
- Estimular a troca de informações por meio da realização de 16 seminários internos entre os pesquisadores principais do projeto, para discussão de temas de interesse coletivo e/ou o andamento das pesquisas individuais; de quatro seminários anuais e dois workshops internacionais, sobre temas diretamente relacionados ao escopo mais amplo do Projeto Temático.

- Manter e ampliar as condições de pesquisa acadêmica por meio da aquisição de equipamentos e, sobretudo, de fontes microfilmadas, que possam também ser acessadas pela comunidade científica por meio da utilização de instrumentos e ferramentas de trabalho desenvolvidos no âmbito desta proposta.

5. DESCRIÇÃO DA EQUIPE PRINCIPAL E DE SUAS ATRIBUIÇÕES

A equipe principal do projeto é constituída por oito historiadores, quatro dos quais são pesquisadores do CNPq. A maioria está vinculada a Programas de Pós-Graduação com excelente avaliação pela CAPES, destacando-se o Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP, do qual participam Sidney Chalhoub, Cláudio Batalha, Maria Clementina Cunha, Robert Slenes, Silvia Lara e Fernando Teixeira da Silva, que possui nota 7; Jefferson Cano é pesquisador colaborador deste programa, e foi recentemente contratado pelo Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Joseli Mendonça defendeu seu doutorado neste programa, estando vinculada ao CECULT por meio de atividades diversas de pesquisa, entre elas a recente publicação da coletânea organizada em conjunto com Silvia Lara, *Direitos e Justiças no Brasil* (2006)

São, portanto, profissionais com reconhecida experiência de pesquisa e possuem uma produção científica importante em suas respectivas áreas de especialização – como se pode verificar também pela consulta a seus respectivos currículos no sistema *Lattes* (www.cnpq.br/lattes). Com a finalidade de permitir um rápido balanço da qualificação desta equipe para as atividades científicas e acadêmicas do projeto, julgamos importante realizar uma breve descrição dos trabalhos mais relevantes de cada um, diretamente vinculados aos temas abarcados por este projeto de pesquisa.

Silvia Hunold Lara investigou os significados da violência e do castigo no mundo colonial em *Campos da violência* (1988) e, em 2004, defendeu sua tese de livre-docência sobre o impacto político da presença massiva de livres e libertos negros e mulatos na sociedade brasileira na segunda metade do século XVIII, intitulada *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. Esta pesquisa resultou também na publicação de artigos sobre as relações entre raça, classe e gênero no século XVIII no Brasil, dentre os quais se destacam “The signs of color: women’s dress and racial

relations in Salvador and Rio de Janeiro, ca. 1750 - 1815” (*Colonial Latin American Review*, 1997) e “Customs and costumes: Carlos Julião and the image of black slaves in late Eighteenth-century Brazil” (*Slavery and Abolition*, 2002). Mais recentemente, vem dedicando atenção à história do quilombo de Palmares, inserindo-a no contexto das polêmicas sobre a legitimidade da escravidão e da liberdade de índios, africanos e seus descendentes nos domínios ultramarinos.

- No âmbito deste Projeto Temático, além das atividades de coordenação geral, de realização de seu projeto individual de pesquisa, e da orientação de bolsistas e alunos em nível de iniciação científica, mestrado e doutorado, será uma das responsáveis pela implantação e desenvolvimento do instrumento de pesquisa “A legislação sobre o trabalho e os trabalhadores no Brasil”.

Cláudio Henrique de Moraes Batalha, desde seu doutoramento, em 1986, sobre o sindicalismo “amarelo” no Rio de Janeiro (1906-1930), vem pesquisando as diferentes maneiras dos trabalhadores lidarem com a política e a pluralidade dos projetos políticos dos trabalhadores na Primeira República. Deram prosseguimento a essas preocupações o capítulo no volume 2 da *História do marxismo no Brasil* (1995), organizado por João Quartim de Moraes, intitulado “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”; o livro *O movimento operário na Primeira República* (2000) e, mais recentemente, o capítulo “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”, no volume 1, de *O Brasil Republicano* (2003), organizado por Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. Também lidando diretamente com essas questões escreveu o texto “Limites da liberdade: trabalhadores, relações de trabalho e cidadania durante a Primeira República”, que integra o livro *Trabalho livre, trabalho escravo - Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX* (2006), organizado por Douglas Cole Libby e Júnia Ferreira Furtado. Como parte dos projetos coletivos desenvolvidos no CECULT, organizou, juntamente com Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes, a coletânea *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado* (2004).

- Além do desenvolvimento de sua pesquisa individual, e da orientação de bolsistas e alunos em nível de iniciação científica, mestrado e doutorado, participará do desenvolvimento do projeto “Terrenos da História”, envolvendo-se na elaboração das bases de dados e dos mapas temáticos.

Fernando Teixeira da Silva pesquisou os trabalhadores da cidade de Santos, sobretudo os portuários, para analisar suas diferentes formas de organização, mobilização, cultura do trabalho e correntes ideológicas, tendo escrito os livros *A carga e a culpa: os operários das Docas de Santos, 1937-1968* (1995) e *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no Entreguerras* (2003). O historiador tem se dedicado a analisar as relações entre cultura da classe trabalhadora, direitos e populismo, o que se evidencia em textos presentes em coletâneas que co-organizou - *Culturas de classe* (já mencionada) e *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho* (1999).

- Além do desenvolvimento de sua pesquisa individual, e da orientação de bolsistas e alunos em nível de iniciação científica, mestrado e doutorado, participará do desenvolvimento do instrumento de pesquisa “A legislação trabalhista no Brasil”, e coordenará os trabalhos relacionados às entrevistas com trabalhadores, juízes e advogados trabalhistas e à reprodução de processos da Justiça do Trabalho no Brasil (anos 1930-1970).

Jefferson Cano concentrou suas pesquisas nas relações entre trabalho, política e cultura na história do Brasil imperial. Desde seu mestrado vem se dedicando ao estudo dos projetos políticos que disputavam o controle sobre a transformação do trabalho e os trabalhadores, o que teve continuidade em seu texto mais recente (*Política, trabalho e trabalhadores nas tramas do urbano – São Paulo no século XIX*), ainda inédito, resultante da pesquisa de pós-doutorado realizada junto a projeto temático vigente até recentemente no CECULT. Em sua tese de doutorado, analisou como a literatura brasileira do século XIX abordava as questões políticas do momento, como a constituição racial da nação, sua formação política e a organização do mundo do trabalho. Deste trabalho com a literatura, investigada em sua relação com a imprensa periódica, derivaram as pesquisas centradas na figura de Justiniano José da Rocha, de que já resultaram dois artigos, o mais recente publicado na coletânea *História em Cousas Miúdas* (2005) e a organização de um número dos *Cadernos AEL* sobre o tema *Literatura e Imprensa no Século XIX* (2002). É também autor de *Imigrantes no Brasil do século XIX* (2003), *Labirinto* (2004), e prepara atualmente a edição dos *Comentários da Semana*, de Machado de Assis, para a Editora da Unicamp.

- Além do desenvolvimento de sua pesquisa individual, e da orientação de bolsistas e alunos em nível de iniciação científica, mestrado e doutorado, participará do

desenvolvimento do projeto “Terrenos da História”, envolvendo-se na elaboração das bases de dados e dos mapas temáticos.

Joseli Maria Nunes Mendonça estudou a legislação emancipacionista, especialmente a Lei de 1885, investigando seu processo de elaboração e posterior aplicação nos tribunais de Justiça, confrontando-a com as transformações nas relações de escravidão no final do século XIX. Desses estudos resultaram duas publicações: *Entre a mão e os anéis* (1999) e *Cenas da abolição* (2001). Dedicou-se à investigação das relações entre o Direito, as leis, a Justiça e a História também no doutorado, abordando a trajetória de um jurista e militante político do final do século XIX e primeira metade do XX, do que resultou a tese *Evaristo de Moraes: justiça e política nas arenas republicanas* (no prelo). Essas indagações de pesquisa também nortearam a organização, juntamente com Silvia Lara, da coletânea *Direitos e Justiças no Brasil* (2006)

- Além do desenvolvimento de sua pesquisa individual, e da orientação de bolsistas e alunos em nível de iniciação científica, mestrado e doutorado, participará do desenvolvimento do instrumento de pesquisa “A legislação trabalhista no Brasil”.

Maria Clementina Pereira Cunha é professora associada voluntária do Departamento de História da Unicamp – do qual se aposentou no ano de 2003, mantendo, no entanto, suas atividades junto ao Centro de Pesquisa e ao Programa de Pós Graduação. Investigou os processos de exclusão das diferenças através dos mecanismos legitimadores do saber sobre a loucura em *O espelho do mundo* (1986). Examinou os significados da folia carnavalesca das ruas na passagem do século XIX para o XX em *Ecos da Folia* (2001). Elementos desta investigação foram ainda publicados na coletânea *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura* (2002), organizada por ela como parte de suas atividades nos projetos coletivos do CECULT, no capítulo intitulado “Vários Zés e um sobrenome: as muitas faces do senhor Pereira no carnaval carioca da virada do século”. Dedicou-se atualmente a investigar trajetórias de músicos e sambistas da chamada “Pequena África”, no Rio de Janeiro, como Donga, João da Baiana, Pixinguinha, Hilário Jovino e outros que viveram a virada do século XX. Vinculado a esta linha de trabalho está o capítulo que publicou recentemente, intitulado “De sambas e passarinhos: as claves do tempo nas canções de Sinhô”, na coletânea *História em cousas miúdas* (2005). Atualmente, dedica-se à preparação de um livro sobre o tema, em fase final de redação.

- Além do desenvolvimento de sua pesquisa individual, e da orientação de bolsistas e alunos em nível de iniciação científica, mestrado e doutorado, participará do desenvolvimento do projeto “Terrenos da História”, envolvendo-se na elaboração das bases de dados e dos mapas temáticos.

Robert W. Slenes tem estudado a escravidão e a sociedade escravista utilizando-se de vários métodos e abordagens. Sua tese de doutorado (1976) versou sobre temas em história demográfica e econômica no período 1850-1888: as taxas vitais dos escravos, as economias regionais e o tráfico interno, a família cativa e as políticas senhoriais de incentivos e “controle social” (a promoção ocupacional de escravos e a alforria). Subseqüentemente, ele desenvolveu estudos enfocando temas em história social e cultural. Desde o final da década de 1980, pesquisa a cultura centro-africana e suas re-significações no Sudeste. Publicou *Na Senzala uma Flor* (1999), sobre a formação da família escrava no Rio de Janeiro e em São Paulo, e diversos artigos enfocando os centro-africanos e a identidade cativa: “*Malungu, Ngoma Vem!*” (1991-92), analisando a formação de uma identidade “pan-centro-africana” nas fazendas do Sudeste; “The Great Porpoise-Skull Strike” (2002), tratando do culto a espíritos tutelares da natureza entre os kongo/mbundu e entre africanos no Rio de Janeiro; “The Nsanda Tree Replanted” (no prelo), sobre cultos de aflição no antigo Reino do Kongo e no Sudeste; e “Saint Anthony at the Crossroads in Kongo and Brasil” (no prelo), voltado para a reinterpretação de Santo Antônio dentro de moldes centro-africanos no Kongo (século XVIII) e no Sudeste (c. 1850). Recentemente, revisitou o tema do tráfico interno de escravos e publicou artigos sobre a representação do negro nas litografias de Johann Moritz Rugendas.

- Além do desenvolvimento de sua pesquisa individual, e da orientação de bolsistas e alunos em nível de iniciação científica, mestrado e doutorado, participará do desenvolvimento do instrumento de pesquisa “A legislação trabalhista no Brasil”.

Sidney Chalhoub investigou os significados políticos ocultos no cotidiano da classe trabalhadora carioca no início do século XX em *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Epoque* (1986 e 2001). Em *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte* (1990), abordou as concepções escravas sobre a escravidão e a liberdade, ao qual se seguiu *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial* (1996), estudo sobre os modos de os trabalhadores

lidarem com iniciativas do poder público na área de saúde pública no Rio de Janeiro oitocentista, livro que recebeu o prêmio Jabuti, categoria “Ensaio”, em 1997. Mais recentemente, analisou as visões machadianas sobre as transformações históricas da sociedade brasileira do século XIX em *Machado de Assis, historiador* (2003), texto antes defendido como tese para concurso ao cargo de professor titular na UNICAMP. Como parte de seu trabalho coletivo no CECULT, organizou três coletâneas em colaboração com colegas: *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil* (1998; com Leonardo Pereira); *Artes e ofícios de curar no Brasil* (2003; com Vera Marques, Gabriela Sampaio e Carlos Galvão); e *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil* (2005; com Margarida Neves e Leonardo Pereira). Suas pesquisas têm resultado também na publicação de capítulos e artigos no exterior: o capítulo mais recente é “Interpreting Machado de Assis: paternalism, slavery, and the free womb law”, em S. Caulfield, S. Chambers e L. Putnam, *Honor, Status, and Law in Modern Latin América* (2005); o artigo, “The politics of silence: race and citizenship in nineteenth-century Brazil” (*Slavery & Abolition*, 2006).

- Além do desenvolvimento de sua pesquisa individual, e da orientação de bolsistas e alunos em nível de iniciação científica, mestrado e doutorado, participará do desenvolvimento do projeto “Terrenos da História”, envolvendo-se na elaboração das bases de dados e dos mapas temáticos.

6. CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Atividades / Semestres	1	2	3	4	5	6	7	8
Pesquisas Individuais	X	X	X	X	X	X	X	X
Projetos Coletivos								
a) A legislação sobre o trabalho e os trabalhadores no Brasil	X	X	X	X	X	X	X	X
b) Terrenos da História								
- Clubes e Sociedades de Trabalhadores	X	X	X	X	X	X	X	X
- Casa de Detenção	X	X	X	X	X	X	X	X
- Ocorrências Policiais	X	X	X	X	X	X	X	X
Reprodução de acervos documentais								
a) Periódicos dos séculos XIX e XX	X	X	X	X	X	X	X	X
b) Fontes manuscritas e impressas	X	X	X	X	X	X	X	X
c) Processos trabalhistas	X	X	X	X	X	X	X	X
d) Entrevistas (Justiça do Trabalho)	X	X	X	X	X	X	X	X
Publicações								
a) Coletâneas				1				1
b) Livros de Autoria Individual		1			1			
c) Página na Internet	X	X	X	X	X	X	X	X
Seminários								
a) Seminários internos	2	2	2	2	2	2	2	2
b) Seminários anuais da equipe principal		1		1		1		1
c) Workshops Internacionais			1				1	
Relatórios		X		X		X		X

7. FONTES E BIBLIOGRAFIA

ACERVOS A SEREM PESQUISADOS

Evidentemente, tendo em vista a diversidade das conjunturas examinadas, não é possível discriminar fundos e séries documentais. Passamos, portanto, a indicar as principais instituições que serão visitadas pelos pesquisadores envolvidos neste projeto para a realização de suas pesquisas individuais.

Lisboa

Arquivo Histórico Ultramarino
Arquivo Nacional da Torre do Tombo
Academia de Ciências de Lisboa
Biblioteca do Palácio da Ajuda
Biblioteca Nacional de Lisboa

Luanda

Arquivo Histórico Nacional de Angola
Museu Nacional de Antropologia de Angola

Paris

Archives du Ministère des Affaires Etrangères

Rio de Janeiro

Arquivo da Secretaria da Polícia Civil do Rio de Janeiro
Arquivo do Estado do Rio de Janeiro
Arquivo do Tribunal do Júri
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
Arquivo Nacional
Biblioteca Nacional
Centro de Pesquisa de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)
Instituto Moreira Salles
Museu da Imagem e do Som (MIS)
Real Gabinete Português de Leitura

Salvador

Arquivo Público do Estado da Bahia
Instituto Histórico e Geográfico da Bahia

São Paulo

Arquivo do Estado de São Paulo
Arquivo do Poder Judiciário de São Paulo / Arquivo Ipiranga
Arquivo do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo
Arquivo Municipal Washington Luís
Biblioteca Municipal Mário de Andrade
Biblioteca da Faculdade de Direito da USP
Cartórios de Registro de Imóveis e de Notas de São Paulo (vários)
Arquivo de Fotografias Divisão de Iconografia e Museus
IEB - Instituto de Estudos Brasileiros / USP
MIS/SP - Museu da Imagem e do Som
Museu Paulista / USP
Tribunal Regional do Trabalho de S. Paulo

Campinas

Arquivo Edgard Leuenroth / IFCH / Unicamp)
Biblioteca Central Unicamp / Coleções Especiais e Obras Raras
Centro de Memória da Unicamp
Centro de Memória do Tribunal Regional do Trabalho de Campinas

Vassouras, Valença, Lorena, São Roque

Centro de Documentação Histórica, Universidade Severino Sombra, Vassouras, RJ.
Arquivo da Câmara Municipal, Museu Casa da Hera, Vassouras, RJ.
Arquivo Histórico, Biblioteca Municipal de Lorena, SP.
Arquivos Cartoriais e Judiciários de Valença, RJ.
Arquivos Cartoriais e Judiciários de São Roque, SP.

Recife

Arquivo Público do Estado de Pernambuco “João Emereciano”
Arquivo e Biblioteca do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

BIBLIOGRAFIA CITADA

- AGOSTINI, Camilla. “Comunidade e conflito na senzala: africanos, afro-descendentes e a formação de identidades em Vassouras, 1820-1860”, Unicamp, tese de mestrado em História, 2002,
- ALBUQUERQUE, Wlamyra. Algazarra nas ruas. Comemorações da Independência na Bahia (1889-1923). Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- _____. A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900). Doutorado, Campinas, Inicamp, 2004.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. S. Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- ALGRANTI, Leila Mezan. O Feitor Ausente. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1988.

- ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e transição. O Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- ANDREWS, George Reid. *Blacks and Whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*. Madison: University of Wisconsin Press, 1991.
- ARAÚJO, Angela. *A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30*. São Paulo: Edições Sociais, 1998.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos. Lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo na segunda metade do século XIX*. Doutorado, Campinas, UNICAMP, 2003.
- _____. Orfeu de Carapinha. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Editora da UNICAMP, CECULT, 1999.
- BATALHA, Cláudio. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências” in: Marcos César de Freitas (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- _____. “La fête internationale du premier mai au Brésil (1891-1930): symboles et rituels” in Madeleine Rebwerioux (org.). *Fourmies et les Premiers Mai*. Paris: Les Editions de l’Atelier, Editions Ouvrières, 1994.
- _____. *O movimento operário na Primeira República*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- _____; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.
- BIONDI, Luigi. “Anarquistas italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista ‘La Battaglia’ e a sua visão da sociedade brasileira: o embate entre imaginários libertários e etnocêntricos”, *Cadernos AEL*, n. 8/9 (1998).
- _____. *Entre associações étnicas e de classe. Os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)*. Campinas, Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- CAMPOS, Cristina H. *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade. Rotinas e rupturas do escravidão. Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.
- CASTELUCCI, Aldrin A. S. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: Fieb, 2004.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravistas - Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. S. Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- _____. *Cidade Febril*. S. Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

- _____. Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. “Apontamentos para uma Crítica da Ação Integralista Brasileira” in: *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1978.
- COSTA, Hélio da. Em busca da memória. Organização no local de trabalho, partido e sindicato em São Paulo. São Paulo: Scritta, 1995.
- CRUZ, Maria Cecília Velasco e. “Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930”. *Afro-Ásia*, 24 (2000).
- _____. Virando o jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República. Doutorado, São Paulo, USP, 1998.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Negros, estrangeiros. Os escravos libertos e sua volta à África, São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. S. Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. (org.). *Carnavais e outras frestas. Ensaios de história social da cultura*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- _____. *O espelho do mundo. Juqueri, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- DECCA, Edgar de. *1930: O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DUARTE, Adriano Luiz. Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973. Doutorado, Campinas: UNICAMP, 2002.
- DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- EISENBERG, Peter. Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FENELON, Déa Ribeiro. “Levantamento e Sistematização da Legislação relativa aos Escravos no Brasil”. *Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História - Trabalho Livre e Trabalho Escravo*. São Paulo, 1973, volume II.
- FLORENTINO, Manolo Garcia. Em Costas Negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- _____. & GÓES, José Roberto. *A Paz das Senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro, c. 1790 -c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos - Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Anna Blume e Sindicato dos Trabalhadores Químicos e Plásticos de São Paulo, 1997.
- FORTES, Alexandre. Nós do quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas. Caxias do Sul: Educus; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

- _____ et al (orgs.) Na luta por direitos. Estudos recentes em história social do trabalho. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.
- FRENCH, John. Afogados em leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001.
- GALLIZA, Diana Soares de. *O declínio da escravidão na Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária, 1979.
- GITAHY, Maria Lúcia Caira. *Ventos do mar. Trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo: Editora da UNESP, Prefeitura Municipal de Santos, 1993.
- GOMES, Ângela de Castro. “Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, no. 34, jul-dez, 2004.
- _____. “Retrato falado: a Justiça do Trabalho na visão de seus magistrados”. *Estudos históricos*, 37 (2006).
- _____. *A invenção do trabalhismo*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- _____. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
- GOMES, Tiago de Melo. Um espelho no palco. Identidades sociais e massificação da cultura no teatro de revista dos anos 1920. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.
- GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- HALL, Michael. “Corporativismo e fascismo nas origens das leis trabalhistas brasileiras” in: Ângela Araújo (org.), *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. “Immigration and the Early São Paulo Working Class”. *Jahrbuch für Geschichte von Staat Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, 15, 1975.
- _____. “Labor and the law in Brazil” in Marcel Van Der Linden e Richard Price (orgs.), *The rise and development of collective labour law*, Bern, Peter Lang, 2000.
- _____. “O movimento operário na cidade de São Paulo, 1890-1954” in: Paula Porta (org.), *História da cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX, 1890-1954*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, v. 3.
- _____ & PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Alargando a história da classe operária”, *Remate de Males*, 5 (1985).
- HARDMAN, Francisco Foot. Nem pátria, nem patrão. Vida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- JAMES, Daniel. “Contos Narrados nas Fronteiras. A História de Doña Maria, História Oral e Questões de Gênero”. In: Cláudio Batalha et al (orgs). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.
- KHOURI, Yara Aun. As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária. São Paulo: Cortez Ed./ Ed. Associados, 1981.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho*. Campinas: Ed. da UNICAMP/CNPq, 1988.
- LARA, Silvia Hunold. “Blowin’ in The Wind”: Thompson e a Experiência Negra no Brasil”, *Projeto História*, 12 (out.1995).

- _____. “Legislação sobre Escravos Africanos na América Portuguesa” in: José Andrés-Gallego (coord), *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica*. Madrid, Fundación Histórica Tavera/Digibis/Fundación Hernando de Larramendi, 2000 (CD-Rom).
- _____. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. *Projeto História*, no. 16 (1998).
- _____. Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____ e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs). *Direitos e justiça no Brasil. Ensaios história social*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2006.
- LAZZARI, Alexandre. Coisas para o povo não fazer. Carnaval em Porto Alegre (1870-1915). Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.
- LEAL, Cláudia Baeta. Pensiero e Dinamite: Anarquismo e Repressão em São Paulo nos anos 1890. Doutorado, Campinas, Unicamp, 2006.
- LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001.
- LOPES, José Sérgio Leite. “Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro” in Cláudio Batalha et al (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.
- _____. A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- LOPREATO, Cristina. *O espírito da revolta: a greve anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O Plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ/EDUSP, 1994.
- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. To be a liberated African in Brazil. Labour and citizenship in the nineteenth century. Doutorado, University of Waterloo, Canada, 2002.
- MARAM, Sheldon L. Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1999.
- MENCARELLI, Fernando. A cena aberta. A absolvição de um Bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Entre a Mão e os Anéis. A Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, CECULT, 1999.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre –1858-1888, Porto Alegre, EST Edições, 2003.
- MOREL, Regina Lúcia M. e MANGABEIRA, Wilma. “‘Velho’ e ‘novo’ Sindicalismo e uso da Justiça do Trabalho: um estudo comparativo com trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional”, *Dados* 37, n. 1 (1994).
- MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- NEGRO, Antonio Luigi. “Imperfeita ou Refeita? O Debate sobre o Fazer-se da Classe Trabalhadora Inglesa” *Revista Brasileira de História*, 16, n. 31/32 (1996).

- _____. Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores. São Paulo: Boitempo, 2004.
- OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de. “Quem eram os ‘negros da guiné’? A origem dos africanos na Bahia”. *Afro-Ásia*, 19/20 (1997).
- _____. “Viver e morrer no meio dos seus. Nações e comunidades de africanos no século XIX”. *Revista da USP*, 28 (1995/1996).
- _____. *O liberto: o seu mundo e os outros*. Salvador, 1790-1890. São Paulo: Corrupio, 1988.
- PACHECO, Jairo Queiroz. Guerra na fábrica: o cotidiano operário fabril durante a Segunda Guerra. O caso de Juiz de Fora-MG, Mestrado, USP, 1996.
- PAOLI, Maria Célia. *Labor, law and state in Brazil: 1930-1950*. Doutorado. Londres: Birkbeck College, University of London, 1987.
- _____; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. “Pensando a classe operária: Os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”, *Revista Brasileira de História*, 6 (1983).
- PENA, Eduardo Spiller. O Jogo da Face. A astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.
- PEREIRA, Cristiana Schettini. “Que tenhas seu corpo”. Uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
- PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. *Footballmania: uma historia social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. “Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira” in: Angela M. C. Araújo (org.), Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira. São Paulo: Scritta, 1997.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Trabalho Industrial no Brasil: Uma Revisão”. *Estudos CEBRAP*, 14 (1975).
- PIROLA, Ricardo Figueiredo. “A Conspiração Escrava de Campinas, 1832: Rebelião, Etnicidade e Família”, Unicamp, tese de mestrado em História, 2005.
- PRADO, Antonio Arnoni. *Libertários no Brasil: memórias, lutas, cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RAMALHO, José Ricardo. *Estado patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- REIS, João José. Rebelião Escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês. São Paulo: Brasiliense, 1983
- _____. “A greve negra de 1857 na Bahia”. *Revista USP*, 18 (1993)
- _____ & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito. A Resistência Negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____ e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.), *Liberdade por um Fio. História dos quilombos no Brasil*. S. Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*. São Paulo-Campinas: Editora da Unicamp/Hucitec, 1988.
- RODRIGUES, Jaime. De costa a costa. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Andola ao Reio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.
- SAMIS, Alexandre. *Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário, 2002.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *A História do Feiticeiro Juca Rosa - Cultura e Relações Sociais no Rio de Janeiro Imperial*. Doutorado, Campinas, Unicamp, 2000.
- _____. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.
- SETTI, Paulo André. *Merecimento e eficiência: a performance de advogados e juízes na Justiça do Trabalho em Campinas*. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1997
- SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa. Os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968*. São Paulo: HUCITEC/Prefeitura Municipal de Santos, 1995.
- _____. *Operários sem patrões. Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- SILVA, Fernando Teixeira da & COSTA, Hélio da. “Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes”, em Jorge Ferreira (org.), *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- SLENES, Robert. *Na Senzala, uma Flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- _____. “*Malungu, Ngoma vem!*”: África coberta e descoberta no Brasil”, *Revista USP*, n. 12 (dez./jan./fev., 1991-92), 48-67.
- _____. “The Great Porpoise-Skull Strike: Central-African Water Spirits and Slave Identity in Early Nineteenth-Century Rio de Janeiro”, in: *Central Africans in the Atlantic Diaspora*, org. Linda Heywood, Nova Iorque: Cambridge University Press, 2002, pp. 183-208.
- _____. “A Árvore de *Nsanda* transplantada: cultos *kongo* de aflição e identidade escrava no Sudeste Brasileiro (século XIX)”, in: *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*, orgs. Douglas Cole Libby e Junia Furtado, São Paulo: Ed. Anna Blume, 2006, pp. 273-314.
- _____. “Saint Anthony at the Crossroads in Kongo and Brazil: ‘Creolization’ and Identity Politics in the Black South Atlantic, ca. 1700/1850”. In: *Africa, Brazil and the Construction of Trans-Atlantic Black Identities*, orgs.. Boubacar Barry, Élisée Soumonni e Lívio Sansone, Lawrenceville, New Jersey: Africa World Press, no prelo.
- SOARES, Carlos Eugênio Libano. *Zungú: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado, 1998.
- SOARES, Francisco Sérgio Mota et al (org.), *Documentação jurídica sobre o negro no Brasil, 1808-1888: índice analítico*. Salvador, Secretaria da Culutra, DEPAB, 1989.
- SOARES, Luiz Carlos. “Os Escravos de Ganho no Rio de Janeiro do século XIX” *Revista Brasileira de História*, 8 nº16 (1988).
- SOARES, Mariza de Carvalho. “Mina, Angola e Guiné: nomes d’África no Rio de Janeiro setecentista”. *Tempo*, 6 (1998).

- _____. Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SOIHET, Rachel. Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- SOUZA, Marina de Mello e. Reis negros no Brasil escravista. História da festa de coroação do rei congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- SOUZA, Samuel Fernando. “Na esteira do conflito. Trabalhadores e trabalho na produção de calçados em Franca (1970-1980)”. Mestrado, Franca, Unesp, 2003.
- SOUZA, Silvia Cristina Martins de. *As noites do Ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência, São Paulo: Brasiliense, 1992.
- STOLCKE, Verena e Hall, Michael. “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo”. *Revista Brasileira de História*, 6 (1983).
- THORNTON, John. Africa and Africans in the making of the Atlantic world, 1400-1680. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1992.
- TOLEDO, Edilene. O Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século. Mestrado, Campinas, Unicamp, 1993.
- _____. *Travessias revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.
- VARUSSA, Rinaldo J. *Trabalho e Legislação*, Doutorado, S. Paulo, PUC-SP, 2002.
- VIANNA, Luiz Werneck. “Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: resenha de algumas tendências”. *Bib Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 3 (1978).
- VITORINO, Artur J. R. Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.
- WEINSTEIN, Barbara. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez, CDAPH-IFAN., Universidade São Francisco, 2000.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas. Escravos e forros em S. Paulo, 1850-1880*. S. Paulo: Hucitec/História Social - USP, 1998.
- XAVIER, Regina Célia Lima. A Conquista da Liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.